AGROANALYSIS

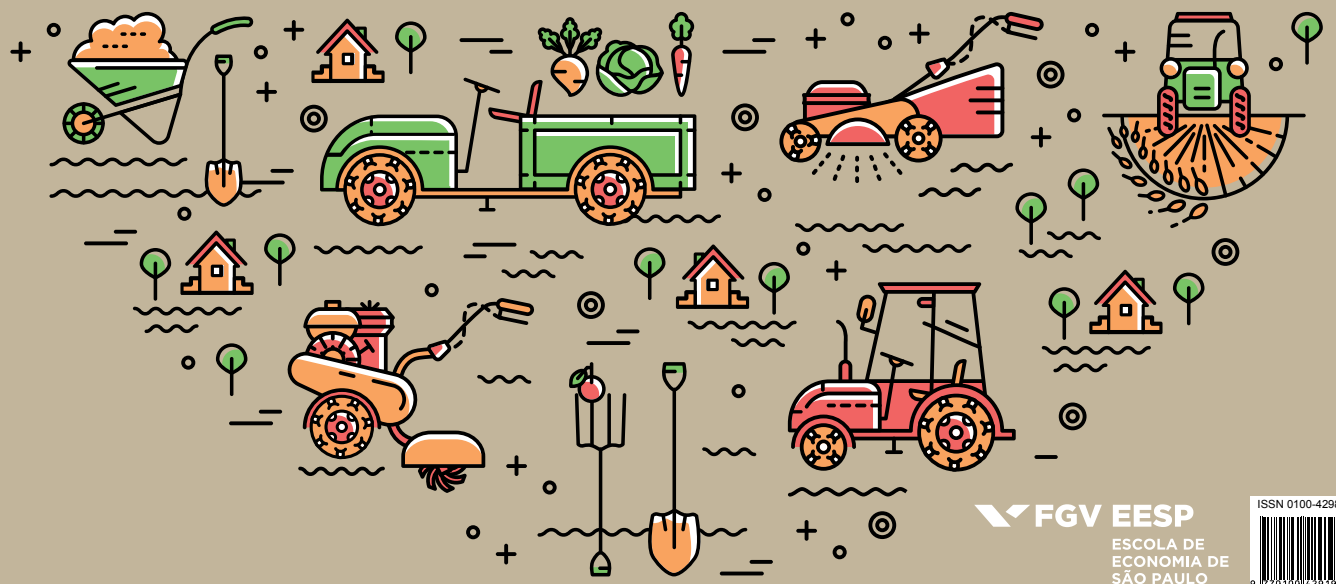
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 01 | JANEIRO 2019 | R$ 15,00



PLANO ABC

OS BENEFÍCIOS PARA O PRODUTOR



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

CACAU PROJETO INCENTIVA A PRODUÇÃO E A SUSTENTABILIDADE DA CULTURA

ALGODÃO RESULTADO DA SAFRA SERÁ POSITIVO PARA O PRODUTOR

ALIMENTOS NATURAIS X INDUSTRIALIZADOS CONSUMIDOR PRECISA SER MELHOR INFORMADO

morya.

sicredi.com.br



Somos o Sicredi e para tudo que a sua propriedade rural precisar, você pode contar com a gente. Nosso compromisso é estar ao seu lado. Por isso, oferecemos os produtos e serviços financeiros que ajudam no seu crescimento, sempre de um jeito mais próximo e descomplicado.

*Abra uma conta com a primeira instituição financeira **cooperativa** do Brasil.*

Sicredi

Seguros intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi. Verifique se o crédito consultado cabe no seu orçamento. Crédito sujeito à análise e aprovação.
SAC Sicredi: 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala:** 0800 724 0525. **Ouvidoria Sicredi:** 0800 646 2519.

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CHEGOU A HORA DAS REFORMAS

A EQUIPE de governo do novo presidente está praticamente formada. O ponto negativo, constatado pela sequência de notícias publicadas na mídia, refere-se aos desencontros entre os seus membros, que parecem estar divididos em grupos de interesses específicos. O ponto positivo diz respeito às boas equipes que comandarão a agropecuária e a economia do País. Nesse sentido, a equipe econômica sinaliza que trabalhará para alcançar o equilíbrio fiscal e realizar as reformas necessárias. O governo deve priorizar, neste momento, a reforma da previdência, e tudo indica que esse assunto será encaminhado ao Congresso ainda neste início de ano.

Para o produtor, as perspectivas são boas, a começar pela safra recorde. O dólar deve ficar próximo ao patamar atual. As projeções apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) superior a 2,5%. A inflação estará sob controle, com projeções indicando uma variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de +4,1%. O comportamento dos preços em 2019 fica relativamente em linha com o cenário de recuperação lenta da economia. Isso sugere pouca necessidade de aperto monetário no ano, e, assim, as previsões do mercado financeiro sinalizam uma taxa básica de juros de 7,5% ao longo do ano.

Na política agrícola, o Plano ABC representa um conjunto de tecnologias aplicadas à agricultura e à pecuária com os objetivos de reduzir a emissão de gases do efeito estufa (GEE) e aumentar a retenção de carbono na vegetação e no solo. A ***Agroanalysis*** discute se esses objetivos estão sendo alcançados e, ainda, se os sistemas de produção promovidos pelo Plano ABC são capazes de garantir a renda do produtor.

No mercado de algodão, apesar da maior oferta do produto em 2018, as exportações com dólar valorizado e a demanda interna aquecida puxaram para cima as cotações em reais, garantindo um bom retorno ao produtor. Já para este ano, a previsão também é de lucro, mas inferior ao registrado na temporada passada. Os custos de produção devem aumentar, e o preço médio em reais será um pouco mais baixo devido ao aumento da oferta. É preciso sempre manter o monitoramento do mercado para definir o melhor momento da comercialização. Os melhores preços para o vendedor deverão ocorrer no primeiro semestre.

Externamente, aconteceu em Katowice, na Polônia, a 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-24/UNFCCC, nas siglas em inglês). O seu grande desafio era definir as regras de trabalho que darão condições para operar o Acordo de Paris, firmado em 2015. Em outras palavras, tratou-se de uma ratificação do compromisso dos países de adotar medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Houve um avanço no balanço das ações que já estão em curso, mas muitas arestas ainda precisarão ser acertadas na próxima convenção, a ser realizada no Chile.

No Brasil, a Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII) apresenta um *case* reconhecido como de amplo sucesso no agronegócio. As pesquisas com bactérias fixadoras de nitrogênio viabilizaram a expansão do carro-chefe da agropecuária nacional: a soja. O nitrogênio, disponível de forma abundante na natureza, é assimilado pelas plantas por meio de modificações químicas promovidas pelos inoculantes. Por meio de alianças tecnológicas estratégicas dos seus associados com órgãos de pesquisa, a ANPII ampliou o potencial de produção da soja.

Entre os eventos interessantes realizados no agro, um destaque especial cabe ao setor de cacau e

chocolate. Importantes empresas, organizações não governamentais (ONGs), institutos de pesquisa e extensão rural, entre outros, montaram uma aliança inédita para promover o renascimento dessa lavoura carismática no País. Será um projeto focado em produtividade, qualidade, sustentabilidade, inclusão social e preservação ambiental. O Brasil pode reconquistar a autossuficiência na cacauicultura, deixando de importar e, ainda, gerando excedentes para exportação.

Na entrevista do mês, Luis Madi, diretor do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), traz a sua visão sobre a complexidade existente no mercado atual de alimentos de escala global. As notícias falsas nas redes sociais sobre produtos alimentícios colocam as empresas do setor em estado de alerta pleno. Institutos que realizam pesquisas científicas estão sendo chamados para levar aos consumidores as informações que são verdadeiras de fato. Esse é um processo de educação da própria sociedade. E o embate entre produtos naturais e industrializados não pode ser feito com caráter ideológico. Afinal, o alimento é um item indispensável para a vida humana.

O Caderno Especial deste mês apresenta a indústria sementeira nacional e os seus desafios nos mais diversos aspectos, desde a pesquisa e o desenvolvimento das novas variedades genéticas até a construção dos marcos regulatórios. Esse é um assunto diretamente associado à competitividade do agronegócio brasileiro. Operações de escala global acontecem entre empresas no território nacional. Como possuem uma importância estratégica vital para esse negócio, as atividades da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) e da Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais (BRASPOV) devem ser melhor analisadas e compreendidas. ■

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES**.

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 CAPA ENTREVISTA
LUIS MADI
EMBATE FALSO ENTRE PRODUTOS NATURAIS E INDUSTRIALIZADOS

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
PERSPECTIVAS PARA 2019

14 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 BIOENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS NO CENTRO
ESTRATÉGIA GLOBAL DE MOBILIDADE

18 CAPA ALGODÃO
OFERTA MAIOR E RESULTADOS BONS

22 POLÍTICA AGRÍCOLA

22 POLÍTICA E ECONOMIA
ATENÇÃO COM A AGRICULTURA

24 CAPA PLANO ABC
UMA INVESTIGAÇÃO DOS POTENCIAIS BENEFÍCIOS

27 SUSTENTABILIDADE

27 24ª CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP-24)
AÇÕES ANTES DE 2020

29 CONTEÚDO ESPECIAL

29 ANPII
MODELO DE PESQUISA DA ANPII

31 ABRASEM
DESAFIOS E OPORTUNIDADES

39 CAPA CACAUICULTURA
RETROSPECTIVA DO PARTNERSHIP MEETING

44 FAESP
BALANÇO E PERSPECTIVAS

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
FARTURA E "FALTURA"

47 PRODUZIR
RESILIÊNCIA DO AGRO REFORÇA BUSCA POR MELHORIAS

48 OPINIÃO
APOIAR A AGROPECUÁRIA PARA FUGIR DA CRISE

49 REFLEXÃO
MUDANÇAS

50 ESTATÍSTICA

EMBATE FALSO ENTRE PRODUTOS NATURAIS E INDUSTRIALIZADOS

LUIS MADI

DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS (ITAL), DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DA REDAÇÃO

EM PLENO ano de 2019, o País deixa para trás uma crise econômica sem precedentes. Estamos com Produto Interno Bruto (PIB) em ascensão, taxa de inflação dentro do plano de metas e banca comercial positiva com enorme contribuição do agro. O entrevistado é Luis Madi, diretor-geral do ITAL. Entre os assuntos interessantes e oportunos abordados, estão as *fake news* sobre os alimentos processados disparadas pelas redes sociais. É uma profusão de informações para mexer e embaraçar a cabeça dos milhares de consumidores de alimentos. Enfrentar essa questão é um desafio para os governos do mundo inteiro.



ANTONIO CARRIERO

COMO ESTÁ O DESEMPENHO DO SETOR DE BEBIDAS E ALIMENTOS NESSES ANOS DE CRISE ECONÔMICA?

LUIS MADI: Ao analisarmos o faturamento da indústria da alimentação nos últimos anos, por meio do levantamento da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), houve crescimento em todo o período. Em 2018, devemos apresentar um novo aumento. O crescimento de 2017, em relação a 2016, foi de 4,6%, menor do que aqueles registrados entre 2012 e 2015. Se compararmos o faturamento da indústria de alimentos com o da de transformação como um todo, o resultado é positivo. Além de acompanhar as tendências de consumo, adequando-se às novas demandas dos

consumidores, aquele setor não para de crescer, porque é uma necessidade básica.

QUAL É O PERFIL DA NOSSA AGROINDÚSTRIA RURAL?

LM: Conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) junto aos associados da Abia, as médias e as grandes empresas abrangem 58% e 70%, respectivamente, do processamento e do valor da produção. Há dez anos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estimava a existência de 35 mil agroindústrias, enquanto dados do Censo Agropecuário ressaltavam que 16,7% dos estabelecimentos rurais beneficiavam alguma matéria-prima. De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), somente no estado de São Paulo havia 12.990 indústrias de alimentos e bebidas em 2012, sendo que 95% tinham menos de cem empregados. Dentre essas unidades, 5.905 não tinham sequer empregados. Esse cenário mostra a importância do apoio às micro e às pequenas empresas.

AS GERAÇÕES DE CONSUMIDORES APRESENTAM MUDANÇAS EM SEUS HÁBITOS DE CONSUMO?

LM: Sem dúvida. Podemos citar as classificações feitas por três consultorias internacionais.

A McKinsey e a Box1824 identificaram quatro gerações: *baby boomer* (1940 a 1959), com viés ideológico; X (1960 a 1979), na busca por *status*; *millennial* (1980 a 1994), com preferência por experiências; e Z (1995 a 2010), na busca pela verdade.

Já a Euromonitor International definiu oito tipos de consumidores: (i) aventureiro inspirado, na procura por marcas conhecidas com bom preço; (ii) tradicionalista seguro, propenso a comprar apenas itens essenciais; (iii) conservador caseiro, que prefere que outros o conduzam; (iv) ativista empoderado, que valoriza produtos de qualidade e duráveis; (v) trabalhador destemido, que gosta de bens de marca; (vi) planejador cauteloso, que raramente compra por impulso; (vii) otimista balanceado, que prefere a qualidade em vez da quantidade; e (viii) gastador impulsivo, que tende a gastar mais do que economizar.

> “ENTÃO, PRECISAMOS ADEQUAR A NOSSA COMUNICAÇÃO COM INFORMAÇÃO DE EMBASAMENTO CIENTÍFICO PARA ATINGIR E INFLUENCIAR A DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR.”

Por fim, a HealthFocus International distinguiu seis categorias: (i) discípulos, mais ativos em relação à alimentação saudável; (ii) investidores, que fazem escolhas por valores morais, sociais e éticos; (iii) administradores, que são movidos pela falta de tempo; (iv) curadores, que comem de maneira saudável como solução para problemas de saúde; (v) lutadores, que se alimentam de maneira saudável ou não, sendo a segunda alternativa uma forma de alívio ao *stress*; e (vi) desmotivados, que não creem haver impacto da dieta sobre a saúde.

O CONSUMIDOR MODERNO ESTÁ MAIS FAMINTO POR INFORMAÇÃO?

LM: Há muito acesso pelas redes sociais e pelo WhatsApp. É importante a busca de um sistema alimentar sustentável com práticas alinhadas às expectativas do consumidor. Nos Estados Unidos, para The Center for Food Integrity, a confiança do consumidor é embasada nos conhecimentos científicos e em valores compartilhados com peso de três a cinco vezes maior.

Então, precisamos adequar a nossa comunicação com informação de embasamento científico para atingir e influenciar a decisão de compra do consumidor. No ITAL, por estarmos atentos a isso, criamos um Grupo de Comunicação, liderado pelo setor de Comunicação da Diretoria, com representantes do Centro de Comunicação e Transferência de Conhecimento (CIAL) e da Plataforma de Inovação Tecnológica.

A COMUNICAÇÃO DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS DEVE TER CARÁTER EDUCATIVO?

LM: As pesquisas da HealthFocus fazem o *ranking* das principais fontes de informação sobre saúde no Brasil. A indústria aparece em sexto lugar (23%), com os rótulos dos alimentos. A maioria busca informações com médicos (54%), amigos e parentes (46%), nutricionistas registrados (31%) e por meio da internet (31%). São citados, ainda, TV e rádio (27%), assistentes médicos e enfermeiros (20%), revistas especializadas em saúde (18%), monitores de academias de ginástica (17%) e redes sociais (9%). A fundação International Food Information Council (IFIC) cumpre essa missão de haver uma comunicação efetiva ao consumidor de informações embasadas cientificamente sobre saúde, nutrição e segurança dos alimentos. O ITAL, por meio da Plataforma de Inovação Tecnológica, atua nesse sentido.

OS MARCOS REGULATÓRIOS GANHAM PADRÕES INTERNACIONAIS?

LM: Existe um padrão internacional de alimentação estabelecido desde 1963, por meio do Codex Alimentarius, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Esse sistema abrange todos os alimentos processados ou *in natura*. O objetivo é analisar questões de higiene, aditivos, resíduos de pesticidas e de medicamentos animais, contaminantes, embalagens e apresentação, métodos de análise e amostras, e inspeção e certificação na importação e na exportação.

O Codex busca estar aberto, transparente e inclusivo no sentido de atender as demandas emergentes. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é a responsável pelos marcos regulatórios no setor de alimentos. Apesar de os documentos do Codex serem de aplicação voluntária, os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) são incentivados a harmonizarem as legislações nacionais com as normas internacionais. Estas podem ser usadas como referência para a dissolução de controvérsias.

COMO FICAM OS EMBATES ENTRE PRODUTOS NATURAIS E INDUSTRIAIS?

LM: O principal embate está na criação e na condenação dos alimentos classificados como "ultraprocessados" no Guia Alimentar para a População Brasileira, elaborado pelo Ministério da Saúde, sem embasamento científico e tecnológico. A pregação é de que, quanto menos o alimento é processado, mais benéfico à saúde. Isso deixa em segundo plano os riscos de contaminação e de deterioração e as condições de armazenamento e de consumo.

A Plataforma de Inovação Tecnológica do ITAL desenvolveu o projeto Brasil Processed Food 2020 (acessível em www.alimentosprocessados.com.br), com informações embasadas cientificamente sobre alimentos e bebidas industrializados. Há, inclusive,

> "NO BRASIL, A AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) É A RESPONSÁVEL PELOS MARCOS REGULATÓRIOS NO SETOR DE ALIMENTOS."

um tópico específico sobre mitos e fatos para esclarecimento da população. No ITAL, temos a preocupação de fortalecer a comunicação com a sociedade e o consumidor, que passaram a ser o foco da missão da instituição. Por isso, reforçamos nosso setor de Comunicação, que desenvolveu um Plano de Comunicação a ser colocado em prática a partir do ano que vem.

COMO O CONSUMIDOR FICA NO MEIO DESSA PROFUSÃO DE INFORMAÇÕES?

LM: As pessoas estão confusas. Diversas pesquisas mostram isso. Temos os resultados da HealthFocus do levantamento com brasileiros sobre consumo de alimentos para se manterem saudáveis. Mais da metade (51%) possuem dificuldade de decidir, porque as informações, além de muitas, sempre mudam. Um quarto alega que está confuso porque nunca realmente aprendeu sobre nutrição. Já um quinto não sabe priorizar os pontos importantes das informações disponíveis nas embalagens dos alimentos.

De acordo com outra pesquisa – intitulada "A Mesa dos Brasileiros" –, feita em 2018 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com 3 mil consumidores em doze Regiões Metropolitanas do Brasil, cerca de 72% acreditam que fazer mais exercícios e comer menos são as formas de atingir o peso ideal; no entanto, 68% não fazem atividade física com regularidade e 78% não fazem regime ou não seguem alguma dieta.

Precisa ficar claro que culpar a indústria de alimentos não tornará a população mais saudável, mas que manter hábitos saudáveis, sim. É preciso moderação na quantidade de comida ingerida e na diversidade nutricional para o atendimento das recomendações diárias de energia e nutrientes. Isso é possível, muitas vezes, por meio dos alimentos industrializados. Daí a necessidade de salientar o empenho das indústrias de alimentos e bebidas em adequar cada vez mais seus produtos a essa nova situação. ■

> "O PRINCIPAL EMBATE ESTÁ NA CRIAÇÃO E NA CONDENAÇÃO DOS ALIMENTOS CLASSIFICADOS COMO 'ULTRAPROCESSADOS' (...) SEM EMBASAMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO."



ANTONIO CARRIERO


LUCIO BERNARDO JR.

Os resultados das eleições jogaram fora manuais antigos. Precisamos de massa crítica para receber e construir juntos os projetos de governo. As críticas construtivas e as divergências legítimas fazem parte desse processo."

"Como há pressão da sociedade para mudanças na relação entre governo e Parlamento, a composição dos Ministérios é feita por líderes políticos pertencentes a partidos que apoiam a presidência."

"Temos de desmistificar conflitos fictícios envolvendo o agro, como nas questões indígenas e do meio ambiente. As pautas são complementares, e não antagônicas."

ALCEU MOREIRA, deputado federal (MDB/RS) e novo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)


LUIS MACEDO

O aumento dos recursos para subsidiar o seguro rural será um estímulo para os bancos privados ampliarem a oferta de crédito a produtores e empresas do setor agrícola."

"Tentaremos aprovar uma Lei Plurianual para a agricultura com orçamento planejado para um período de cinco safras, nos moldes da Farm Bill americana."

"O nosso plano inclui abertura comercial para o agronegócio, fortalecimento de pequenas cadeias produtivas, melhoria do ambiente de negócios e maior estímulo à produção agrícola no Nordeste."

"Trabalharemos na reestruturação da defesa agropecuária, na flexibilidade do registro de agrotóxicos e na revisão da lei para o licenciamento ambiental."

"Faremos uma gestão moderna, ágil e condizente para o País crescer. A nossa interlocução será diária e direta com o setor produtivo, os agricultores e a FPA."

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES.**

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR

PERSPECTIVAS PARA 2019

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

TUDO INDICA que a economia brasileira caminhará, em 2019, para um rumo mais favorável do que o verificado ao longo dos últimos anos. De fato, a recessão verificada desde 2015 foi uma decorrência direta dos graves erros de política econômica cometidos ao longo do governo Dilma. Sob essa perspectiva, os descalabros do lado fiscal levaram a uma grave deterioração das contas públicas brasileiras, com um acelerado endividamento público. O governo Temer reverteu em parte os danos causados pela má gestão, mas os estragos foram significativos, e o resultado impõe um considerável desafio de ajuste das contas para o governo Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, a política monetária praticada ao longo do governo Dilma mostrou-se tolerante durante muito tempo com patamares de inflação cada vez mais elevados. A partir disso, o choque adverso ocorrido por conta da elevação das tarifas de energia elétrica em 2015 gerou uma forte aceleração da inflação. Esse processo inflacionário só foi contido no governo Temer, quando o Banco



SHUTTERSTOCK

Central, já sob um novo comando, passou a focar de forma mais contundente a inflação.

De qualquer forma, o Brasil vivenciou, ainda, em 2018 os rescaldos herdados da má gestão da política econômica durante o governo Dilma. O baixo crescimento econômico verificado no ano, de pouco mais de 1%, deveu-se, em boa medida, ainda ao elevado grau de endividamento relativo das famílias, o que limitou o potencial de expansão do consumo no ano. Desta forma, mesmo com a taxa básica de juros – Selic – no menor patamar histórico desde a implementação do real (em junho de 1994), observou-se uma reação aquém da esperada do lado da demanda e da atividade econômica brasileira.

As perspectivas para 2019 mostram-se um pouco mais favoráveis do ponto de vista econômico. De fato, as projeções apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) superior a 2,5% neste ano, sinalizando uma retomada da atividade econômica, ainda que em bases mais moderadas. Essas projeções refletem, ainda, a perspectiva de uma recuperação lenta da demanda, em função do elevado endividamento relativo das famílias brasileiras.

Ainda no campo positivo, não se espera uma alta expressiva da inflação neste ano: as projeções apontam para uma variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da ordem de 4,1%. O comportamento da evolução dos preços em 2019 fica relativamente em linha com o cenário de recuperação lenta. Isso sugere pouca necessidade de aperto monetário no ano, e as projeções do mercado financeiro apontam para um fechamento da meta da taxa básica de juros em 7,5% ao ano em 2019.

As maiores dificuldades para o governo Bolsonaro e para o ano residem na questão fiscal. Conforme mencionado anteriormente, a aceleração dos gastos durante o governo Dilma levou a um forte processo de elevação do endividamento público. O governo Temer apenas estancou o processo de deterioração, mas o déficit nominal continuou elevado ao longo dos últimos anos, situando-se em 8,0% do PIB em 2016, 7,7% do PIB em 2017 e 6,5% do PIB no resultado acumulado em 2018 até outubro. Os resultados só não foram piores porque o governo federal realizou um expressivo aperto.

Nesse sentido, embora o País necessite de uma ampla reforma fiscal, que crie elementos para tornar o Estado brasileiro mais enxuto e eficiente, a prioridade zero para o governo Bolsonaro deve ser a reforma previdenciária. A análise dos dados, nesse caso, é reveladora: enquanto o governo federal registrou um superávit primário acumulado até outubro em 2018 da ordem de R$ 102,6 bilhões (1,9% do PIB), o déficit do INSS foi de R$ 168,1 bilhões no mesmo período. Em outras palavras, o superávit construído pelo governo federal foi consumido inteiramente pelo resultado do INSS, gerando, ainda, um déficit primário no âmbito do governo central.

Uma reforma da previdência, para ter chances de sucesso, tem que ser enviada logo nos primeiros meses do ano. Tudo indica que o novo governo encaminhará esse assunto ao Congresso ainda no início de 2019. ■

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

CRESCE O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Entre 2017 e 2018, o desmatamento voltou a aumentar na Amazônia. O nível atingido é o maior da última década. As informações são do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), sob responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Desde 2013, esses dados mostram tendência de crescimento, com o seu pico tendo acontecido em 2016. Para as taxas anuais de desmatamento, são consideradas derrubadas superiores a 6,25 hectares.

DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL
(MILHÕES DE QUILÔMETROS QUADRADOS)



Fonte: PRODES/INPE

SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS NO MUNDO

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média do apoio total de subsídios para a agricultura, no período de 2015 a 2017, foi de US$ 620 bilhões. O relatório leva em conta 51 países. Quase 75% desses recursos vieram da China (US$ 263 bilhões), da União Europeia (US$ 107 bilhões) e dos Estados Unidos (US$ 94 bilhões). As subvenções crescem nos países emergentes e se reduzem nos ricos. No Brasil, a ajuda governamental representa 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e menos de 3% da renda do agricultor. Esses números são menores apenas na Nova Zelândia.

LABORATÓRIO DE ALTA SEGURANÇA

Foi inaugurada, em Campinas-SP, uma unidade do Laboratório Nacional Agropecuário (LANAGRO), reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como um dos dez laboratórios do mundo a atuar como referência no diagnóstico de *influenza* aviária e doença de Newcastle. O projeto foi focado na identificação de doenças de aves, mas concebido para ser multipropósito, com uso para diagnóstico de outras doenças de animais. O emprego de métodos moleculares possibilitará a identificação rápida de doença em caso de emergência sanitária.

BRASIL NAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS

Entre as cadeias produtivas do agronegócio, o Brasil destacou-se, em 2017, em pelo menos sete no *ranking* mundial: quatro em primeiro lugar, uma em segundo e duas em quarto. Nas oleaginosas (incluindo soja), no açúcar, no tabaco e no frango, o País manteve posição de liderança bem consolidada. Em bovinos, a Índia liderou, com o seu enorme rebanho de búfalos. Na suinocultura, China, União Europeia e Estados Unidos lideraram. No algodão, predominaram Estados Unidos, Índia e Austrália, mas com avanço dos embarques brasileiros.

BRASIL: PARTICIPAÇÃO E POSIÇÃO NAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS EM 2017

PRODUTO	Participação %	Posição
Oleaginosas	40,0	1º
Açúcar	53,8	1º
Tabaco	14,1	1º
Frango	34,0	1º
Bovinos	17,4	2º
Suínos	9,7	4º
Algodão	10,4	4º

Fonte: OMC

NOVOS ADIDOS AGRÍCOLAS

Criada em 2008, a figura do adido agrícola visa minimizar os obstáculos às exportações do agronegócio nos mercados consumidores e nos centros de negociação de acordos e normas internacionais. A primeira leva assumiu a função em junho de 2010 em oito Embaixadas: Washington (Estados Unidos), Buenos Aires (Argentina), Genebra (Suíça), Bruxelas (Bélgica), Tóquio (Japão), Pequim (China), Pretória (África do Sul) e Moscou (Rússia). Em novembro de 2010, foram nomeados mais seis, para Bruxelas (Bélgica), Bogotá (Colômbia), Ottawa (Canadá), Rabat (Marrocos), Cairo (Egito) e Jacarta (Indonésia).

Recentemente, em novembro de 2018, foram designados mais seis adidos, para: Colômbia (Marcus Vinicius Segurado Coelho), Canadá (Luciana Pimenta Ambrozevicius), Marrocos (Nilson César Castanheira Guimarães), Egito (Cesar Simas Teles), Indonésia (Gustavo Bracale), além de outro funcionário para reforçar a atuação do Brasil em Bruxelas, na Bélgica (Guilherme Costa). No total, são vinte profissionais.

ACORDO PARA REDUZIR O CONSUMO DE AÇÚCAR

O Brasil será um dos primeiros países do mundo a fazer um acordo do tipo com a indústria de alimentos e bebidas. Segundo o Ministério da Saúde (MS), o acordo segue o mesmo modelo daquele feito para a redução de sódio, que diminuiu mais de 17 mil toneladas de sódio dos alimentos processados em quatro anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) sugere um consumo de açúcar de até 50 gramas por dia, enquanto o brasileiro consome 80 gramas por dia, sendo que 36% são constituídos de açúcares presentes nos alimentos industrializados.

PLANO NACIONAL DE FLORESTAS PLANTADAS

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PlantarFlorestas). As suas ações estão previstas para os próximos dez anos. O objetivo é aumentar em 20% a área de 10 milhões de hectares plantados principalmente com eucalipto, pínus e acácia, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O País lidera o *ranking* de produtividade florestal, com 35,7 m^3/ha/ano, quase duas vezes acima dos países do hemisfério Norte.

BIOENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS NO CENTRO

ESTRATÉGIA GLOBAL DE MOBILIDADE

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

UM NOVO relatório elaborado pelo conjunto de países que compõem a Plataforma para o Biofuturo, com a participação da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) – organismo vinculado à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – e da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA, também em inglês), foi lançado em Brasília, no final de novembro, e novamente em Katowice, na Polônia, durante a 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-24/UNFCCC, nas siglas também em inglês).

O relatório afirma que as metas mundiais de redução de gases do efeito estufa – que visam limitar o aquecimento global a 2 °C até 2050 – não podem ser atingidas sem um uso maior de biocombustíveis e bioprodutos. Intitulado "Criando o Biofuturo: um relatório sobre o estado da bioeconomia de baixo carbono", o relatório afirma, ainda, que os biocombustíveis e os bioprodutos devem desempenhar um papel integral na transição energética global, em conjunto com outros esforços complementares de mitigação em todos os setores.

Como principais barreiras, o relatório identifica que há: (i) recursos financeiros escassos para a produção em escala comercial, devido a uma percepção de risco elevado que inibe pesquisa, desenvolvimento e implantação; (ii) falta de competitividade com combustíveis fósseis tradicionais, devido a subsídios destes últimos e aos custos consolidados de uma indústria madura; (iii) regulamentação incompleta e desfavorável, que não coordena de forma eficaz e competitiva as necessidades da economia agrícola e alimentar; e (iv) fornecimento insuficiente, não confiável ou caro de fontes de biomassa para a produção de biocombustíveis.

Segundo o doutor Fatih Birol, diretor executivo da IEA, "a bioenergia moderna é o gigante negligenciado do campo de energia renovável. Políticas inteligentes e rigorosas regulamentações de sustentabilidade serão essenciais para viabilizar todo o seu potencial".

SHUTTERSTOCK



"A bioenergia é uma ótima maneira de equilibrar a produção intermitente de eletricidade, principalmente eólica e solar", disse Kimmo Tiilikainen, ministro do Meio Ambiente, Energia e Habitação da Finlândia, um dos países participantes da Plataforma para o Biofuturo juntamente a Brasil, China, França, Índia, Reino Unido e EUA, entre outros. "No entanto, o papel da bioenergia nos setores de aquecimento e transporte é ainda mais importante e, diria, crucial. É claro que eletrificar o setor de transportes é uma tendência importante, mas, com os biocombustíveis, podemos alcançar reduções de CO_2 rapidamente e com a atual frota de transportes", completou Tiilikainen.

De acordo com o relatório, cerca de 130 bilhões de litros de biocombustível foram produzidos anualmente em 2016, em um mercado avaliado em aproximadamente US$ 170 bilhões por ano, principalmente com as vendas de etanol de primeira geração e biodiesel. A produção global de biocombustível deve aumentar para mais de 200 bilhões de litros por ano até 2025 e para mais de 1.100 bilhões de litros por ano até 2050, para estar alinhada aos cenários de mitigação de mudanças climáticas desenvolvidos pela IEA e pela IRENA.

Para superar as barreiras e acelerar a implantação de biocombustíveis e outros bioprodutos, o relatório recomenda que os países estabeleçam metas claras e mapeiem os caminhos potenciais para criar e implantar um pacote abrangente de intervenções, incluindo: apoio a tecnologia e inovação; políticas para apoiar a demanda do mercado e incentivos vinculados a medidas de sustentabilidade e avaliações do ciclo de vida do carbono; e fortes instrumentos financeiros para permitir o desenvolvimento da bioeconomia.

É nesse contexto que o Brasil se apresenta, mais uma vez, como a grande referência internacional da bioenergia e dos biocombustíveis, ao substituir, em 2018, mais de 43% da gasolina por etanol e mais de 10% do diesel por biodiesel. Revestem-se, ainda, de elevada importância estratégica a aprovação e a regulamentação do RenovaBio e a sanção da Lei nº 13.755/18, que instituiu o Rota 2030, programa que cria um programa de indução a ganhos de eficiência energética e ambiental para veículos no Brasil. Em 10 de dezembro último, na solenidade de sanção do Rota 2030, dirigida pelo presidente Michel Temer, a Toyota anunciou a instalação no Brasil da primeira linha de montagem mundial de veículos híbridos com a tecnologia *flex*, capazes de utilizar etanol combustível. ■



ALGODÃO

OFERTA MAIOR E RESULTADOS BONS

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

A COMPANHIA Nacional de Abastecimento (Conab) estima para a safra atual (2018/19) um crescimento de 23,2% da área com algodão no Brasil em relação à passada. Será o segundo ano consecutivo de aumento, passando de 1,17 milhão de hectares para 1,45 milhão de hectares semeados. Com o aumento da área e um clima favorável, a produção de pluma deverá crescer 17,8%, totalizando 2,36 milhões de toneladas.

Apesar da previsão de uma maior oferta interna, as exportações e o consumo interno deverão seguir aquecidos, o que deverá dar sustentação às cotações no mercado brasileiro em 2019, especialmente no período de entressafra (primeira metade do ano). A Conab estima um incremento de 33,0% nas exportações de pluma e um aumento de 7,1% no consumo interno em 2019.



SHUTTERSTOCK

Com base nesse cenário, a estimativa é de um bom lucro para o produtor, mas significativamente inferior ao da safra passada.

RESULTADOS PARA O PRODUTOR

Na temporada que se encerrou (2017/18), a área com algodão aumentou 25,1% no País em face da área da colheita anterior. A cotonicultura teve crescimento, principalmente na segunda safra, com a ocupação de áreas semeadas com milho no ciclo anterior. No total, foram colhidos 2 milhões de toneladas de pluma – um aumento de 31,1%, segundo a Conab.

Com relação aos preços, apesar da maior oferta do produto, o aumento das exportações, com dólar valorizado, e a demanda interna aquecida em 2018 puxaram para cima as cotações no mercado brasileiro, em reais. Os embarques cresceram 19,9% e o consumo doméstico aumentou em 2,2% em 2018 em relação 2017. Com isso, os preços da pluma saíram de um patamar de R$ 90,00/@ em São Paulo, em janeiro, para ultrapassar os R$ 120,00/@, em maio e junho últimos. Com a colheita a partir de julho e uma maior disponibilidade, os preços cederam para R$ 100,00/@.

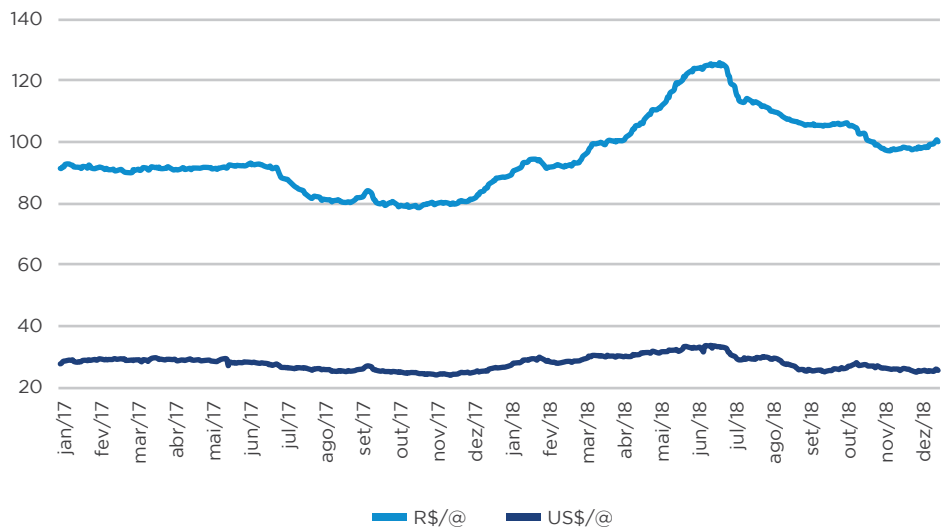
Definido o cenário da safra passada e traçada a expectativa para a atual, é possível calcular o resultado do produtor de algodão de Mato Grosso. Os

MATO GROSSO: ESTIMATIVAS DE RESULTADOS DA VENDA DE PLUMA DE ALGODÃO

PARÂMETROS	2017/18 (preço médio de 2018)	2017/18 (melhor preço da safra)	2018/19
Custo de produção (R$/ha)	8.036,69	8.036,69	8.910,99
Preço de venda (R$/@)	96,90	110,00	94,48
Produtividade (@/ha)	113,80	113,80	112,70
Receita (R$/ha)	11.027,22	13.087,00	10.647,61
Resultado (R$/ha)	**2.990,53**	**4.481,31**	**1.736,62**

Fonte: IMEA; Scot Consultoria

SÃO PAULO: PREÇOS DE PLUMA DE ALGODÃO TIPO 41-4



Fonte: Cepea

dados de custo de produção e das produtividades médias utilizadas são do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA).

O preço de venda considerado para 2017/18 é uma média das cotações em 2018. Nesse caso, a atividade apresentou um lucro médio de R$ 2.990,53. Se considerarmos os preços mais altos na temporada – ao redor de R$ 110,00/@ no estado –, o produtor teve um lucro de R$ 4.481,31 por hectare.

Para 2019, foram feitas projeções para o preço de venda com base no cenário de oferta e demanda apresentado e no câmbio de R$ 3,80/US$ no final de 2019. Esse é o valor do dólar segundo o boletim Focus do Banco Central de 17 de dezembro. Assim, a expectativa é de um preço médio para a pluma 2,5% menor do que a média de 2018.

Mesmo com preços de venda menores, ligeira queda na produtividade e aumento do custo de produção (+10,9%) na temporada atual, a expectativa é de um lucro de R$ 1.736,62 por hectare de algodão em Mato Grosso.

O resultado econômico previsto para a safra atual é pior do que o registrado na temporada passada, mas, ainda assim, a cultura deverá dar bons lucros. No entanto, é preciso monitoramento do mercado e posicionamento com relação à comercialização, já que os melhores preços para vendedor deverão ocorrer no primeiro semestre. ■

powered by anuga

www.anufoodbrazil.com.br

anufood brazil

All About Food

Feira Internacional Exclusiva
para o Setor de Alimentos e Bebidas

12-14 Março 2019

São Paulo Expo, São Paulo, Brasil

- AGRIFOODS
- MEAT
- CHILLED & FRESH FOOD
- DAIRY
- DRINKS & HOT BEVERAGES
- FINE FOOD
- BREAD & BAKERY
- ORGANIC
- SWEETS & SNACKS
- FOOD SERVICE

Parceria Estratégica

ABIA Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

Coorganização

FGV EUROPE PROJETOS

Organização

koelnmesse

A diversificação do agronegócio do Brasil para o mundo

AGRIFOODS









Exclusiva plataforma Agrifoods

Encontre **compradores nacionais e internacionais** na única feira dedicada às empresas de vários segmentos do setor de alimentos e bebidas.





Garanta sua participação!

anufoodbrazil@koelnmesse.com.br | + 55 11 3874-0030

www.anufoodbrazil.com.br

Apoio:

abag ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

ABIC

ABICAB

ABIEC

abimapi

ABIR

ABPA

abrasel

ANR Associação Nacional de Restaurantes

GASTROMOTIVA

IFB INSTITUTO FEDERAL BRASIL

ITAL

SistemaOCB

UNICA

POLÍTICA E ECONOMIA

ATENÇÃO COM A AGRICULTURA

PEDRO ABEL VIEIRA[1] ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN[2] ELISIO CONTINI[3]
DIEGO ARIAS[4]

NAS ÚLTIMAS décadas, a agricultura e o agronegócio brasileiros têm sido festejados como 'salvadores da pátria'. Por outro lado, são acusados de apresentar uma dinâmica baseada na sobre-exploração dos recursos naturais e na exportação de *commodities*. Além de prejudicarem a reputação da agricultura brasileira, os exageros dessas afirmações provocam danos econômicos consideráveis. Não é suficiente dizer que 'o agro é *pop*' para questionar ou difundir uma opinião mais favorável ao setor. É preciso alimentar o debate com dados empíricos e estudos detalhados para mostrar a realidade como ela é.

A análise dos últimos Planos Agrícolas e Pecuários (PAPs) das safras revela as suas limitações enquanto planos setoriais no Brasil. Trata-se, de forma básica, de um ordenamento do crédito rural e, muito secundariamente, de políticas para promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade. Na prática, os Planos mantêm uma lógica anual sem contribuição para formatar um horizonte mais largo de planejamento. Esse objetivo do PAP também perde relevância à medida que reduz o crédito rural oferecido pelo Estado quando se compara o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuário às necessidades de financiamento do setor e aos volumes movimentados pelas demais fontes de recursos, estritamente privadas.

O esforço para melhorar o planejamento das políticas públicas para a agricultura não consegue avançar mais por uma razão simples e objetiva: o Estado brasileiro não conta com uma instituição responsável pela inteligência setorial a exemplo do Economic Research Service (ERS), nos Estados Unidos. A missão desse órgão é antecipar tendências e questões emergentes em agricultura, alimento, meio ambiente e desenvolvimento rural. Sem se envolver com estatísticas e/ou inovações tecnológicas, o ERS possui grande objetividade e capacidade de análise em temas socioeconômicos como:

- **Economia agrícola** – desempenho do setor agrícola e bem-estar das famílias dos agricultores, tamanho e concentração da produção e análises de mercados agrícolas;
- **Alimentos e nutrição** – programas de segurança alimentar e nutrição, dietas alimentares e saúde, acesso e preços de alimentos;
- **Segurança alimentar** – benefícios sociais e redução dos riscos em segurança alimentar, impactos socioeconômicos dos riscos alimentares, e regulamentação *versus* decisões do setor;
- **Mercados globais e comércio** – principais mercados, impactos econômicos das exportações e das importações, barreiras comerciais e potenciais acordos comerciais;
- **Recursos naturais e meio ambiente** – impactos econômicos de programas de conservação, eficácia de políticas ambientais e aumento da competitividade agrícola por meio da tecnologia;
- **Economia rural** – investimentos *versus* desempenho econômico rural e mudanças demográficas e seu impacto sobre as comunidades rurais.

O ERS ajusta o seu programa de pesquisa e produtos para servir àqueles que, de maneira rotineira, fazem ou influenciam políticas públicas e decisões de programas, a exemplo da Casa Branca e do Congresso americano, além do setor privado. Assim, privilegia a prosperidade econômica do setor agrícola. As suas políticas e os seus procedimentos para publicação de pesquisas e dados são projetados para garantir análises objetivas e de alta qualidade.

Os seus relatórios de pesquisas, artigos e bancos de dados são publicados digitalmente pelo ERS, com estimativas, previsões e indicadores econômicos e

estatísticos dos EUA e globais. Os temas recobrem informações agrícolas e de renda familiar, custo de produção, previsão de produção e produtividade das principais culturas e dos produtos pecuários. As projeções são traçadas para os próximos dez anos do setor agrícola, com previsões do Índice de Preços ao Consumidor dos alimentos. Há o relatório anual sobre segurança alimentar de domicílios nos EUA. O órgão possui dois atlas, um referente a ambiente alimentar e outro a pesquisa de acesso a alimentos, além de um mapeamento dos custos de doenças transmitidas por alimentos.

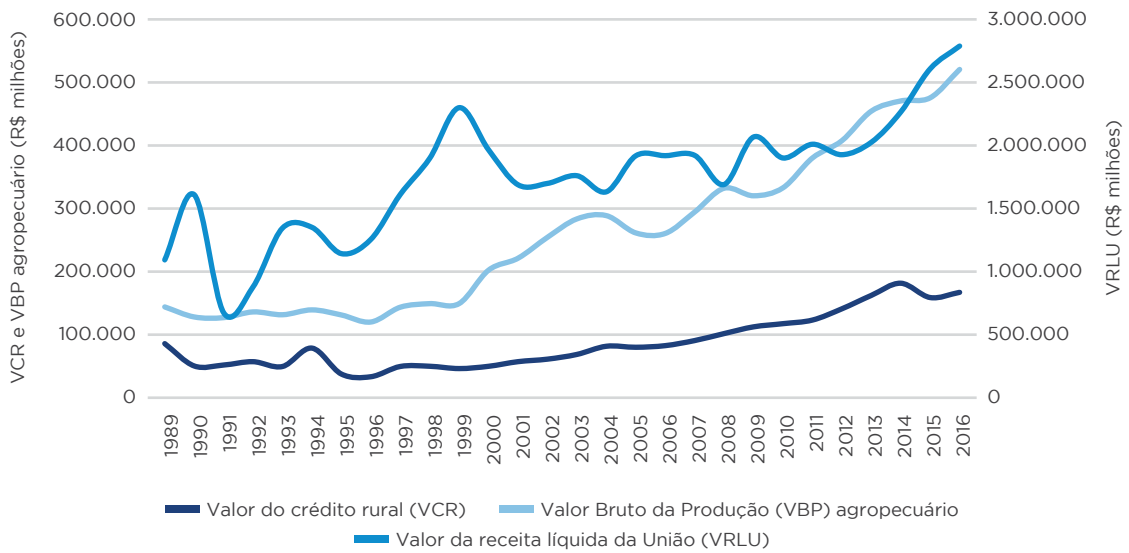
E, para a economia agrícola do Brasil, o que podemos fazer? No momento de crise fiscal no País, não é adequado que o Brasil copie uma estrutura pública com quatrocentos empregados como a do ERS. As novas tecnologias de informação e organização permitem formas mais flexíveis e arranjos para gerar resultados satisfatórios para os interesses do País. Há bons profissionais no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e nas instituições vinculadas a ele, como a Embrapa, nas universidades – particularmente nos cursos de Ciências Agrárias –, nos institutos de pesquisa e no setor privado.

No presente, trata-se de estabelecer um programa de pesquisa com objetivos claros e posicionamento prático, alocar recursos num fundo e reunir em rede profissionais interessados nos temas prioritários à agricultura do País. Deve haver um planejamento de longo prazo para evitar surpresas de eventos quanto aos quais o Brasil precise tomar posicionamentos. Outro ponto fundamental para o sucesso desse arranjo é identificar líderes com forte credibilidade para coordenar o processo.

Políticas públicas e negociações comerciais internacionais exigem informações qualificadas. A presente proposta responde à lacuna na área de Economia Agrícola de forma a contribuir para o crescimento da agricultura brasileira. Que o governo que ora se instala no Brasil faça bom uso dela! ■

VALOR DA RECEITA LÍQUIDA DA UNIÃO, VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIO E VALOR DO CRÉDITO RURAL EM 2015

(R$ MILHÕES)



1 Pesquisador da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Sire/Embrapa)

2 Professor doutor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp)

3 Pesquisador da Sire/Embrapa

4 Economista principal do Departamento de Agricultura do Banco Mundial

PLANO ABC

UMA INVESTIGAÇÃO DOS POTENCIAIS BENEFÍCIOS

MARCELO ZAVANELA PEREIRA MACHADO
Gerente de Corporate Banking do Banco do Brasil (BB)
ROBERTA POSSAMAI
Pesquisadora do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro)
EDUARDO ASSAD
Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária e professor do Mestrado Profissional em Agronegócio da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O PLANO ABC representa um conjunto de tecnologias aplicadas à agricultura e à pecuária que tem por objetivos: (i) incentivar a criação de arranjos produtivos que promovam a redução de gases do efeito estufa (GEE); (ii) simultaneamente, elevar a renda dos produtores rurais; e (iii) aumentar a retenção de carbono na vegetação e no solo. Potencialmente, os benefícios de se adotarem os arranjos produtivos do Plano ABC são bem atrativos. Porém, na prática, esses benefícios realmente ocorrem?

A partir dessa indagação, por meio da análise de dados secundários, buscou-se responder as seguintes perguntas:

- É possível detectar se a agricultura ABC é capaz de proporcionar proteção de renda ao produtor rural?
- Há adição de carbono ao solo quando boas práticas agronômicas são aplicadas utilizando as tecnologias do Plano ABC?

É possível, efetivamente, detectar se a agricultura ABC é capaz de proporcionar proteção de renda ao produtor rural?

Para investigar se o Plano ABC é capaz de proporcionar o benefício de proteção de renda ao produtor rural, foram analisados os dados de uma propriedade rural denominada Fazenda Dona Isabina. Nesta – que está localizada no bioma Cerrado, no município de Santa Carmem, em Mato Grosso –, é aplicado o sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). A propriedade possui uma área de 2.000 hectares, onde se realiza rotação de culturas, tais como soja, milho e arroz, além de produção pecuária e plantio de floresta comercial.

A partir da análise dos dados apresentados no período da safra 2009/10 pela Fazenda Dona Isabina, foi possível detectar o efeito de proteção de renda, já que a unidade produtora obteve margens acima de 40% de EBITDA (sigla em inglês para lucro antes de serem considerados juros, impostos, depreciação e amortização). A margem EBITDA é uma métrica de rentabilidade operacional, calculada por meio da razão entre a EBITDA e a receita líquida.

Apesar de ter ocorrido o efeito de proteção de renda em um período específico, esse resultado favorável pode não ser observado ao longo de outros ciclos produtivos. Pelo menos dois fatores explicam essa dinâmica: (i) diversos itens que compõem o custo de produção poderiam apresentar resultados deficitários em períodos distintos; e (ii) há ausência de informações referentes a custo do investimento inicial, valor presente líquido do projeto, taxa interna de retorno, custo de oportunidade, entre outros dados essenciais para análises de projetos.

Há adição de carbono ao solo quando boas práticas agronômicas são aplicadas utilizando as tecnologias do Plano ABC?

Para investigar se o Plano ABC é capaz de proporcionar o benefício da adição de carbono ao solo, foram analisados os dados coletados de um experimento realizado em três propriedades distintas no município de Alta Floresta-MT e que foram fornecidos pelos pesquisadores da unidade Embrapa Agrossilvipastoril.

Para isso, as amostras de solo foram coletadas dezessete meses após a implantação das práticas de manejo no município de Alta Floresta, sendo que, em cada propriedade, foi escolhida uma área onde o manejo da pastagem foi mantido de acordo com as práticas tradicionais empregadas pelos produtores, enquanto, em outra área adjacente, foram empregadas práticas de manejo como subsolagem, calagem, adubação e manejo da altura de pastejo.

Em relação à análise da adição de carbono ao solo, foram observados resultados heterogêneos nas propriedades analisadas, sendo que uma das três apresentou um aumento significativo de estoque de carbono no solo na camada superficial de 0 a 30 centímetros, passando de 50 mg C ha^{-1} para 55 mg C ha^{-1}, ou seja, de acordo com os dados analisados, houve aumento de estoque de carbono no valor de 3,53 miligramas de carbono por hectare por ano (mg C ha^{-1} ano^{-1}). No entanto, as outras duas propriedades não apresentaram aumento significativo de estoque de carbono no solo.

Desta forma, apesar do resultado positivo em uma das propriedades, não se comprovou o benefício da adição de carbono ao solo quando aplicada tecnologia preconizada pelo Plano ABC, devido aos resultados heterogêneos apresentados nas três propriedades. Tais resultados podem ser atribuídos ao período relativamente curto entre uma coleta de dados e outra, que foi de dezessete meses.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO PARA A FAZENDA DONA ISABINA NA SAFRA 2009/10 EM 100 HECTARES DE INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA (iLP)

(EM R$/HECTARE)

	R$ por hectare
(+) Receita bruta	7.530,00
(-) Impostos sobre a receita bruta	37,70
(=) Receita líquida	7.492,30
(-) Custo dos Produtos Vendidos (CPV)	4.213,30
Maquinário	0,00
Insumo	4.049,00
Mão de obra	46,50
Serviço	117,80
(=) Lucro bruto	3.279,00
(-) Despesas administrativas	102,00
(-) Despesas com vendas	68,30
(=) EBITDA (lucros apurados antes de serem considerados juros, impostos, depreciação e amortização)	3.108,70
(-) Depreciação e amortização	2,50
(=) EBIT (lucro antes de serem considerados juros e imposto de renda)	3.106,20
(-) Despesas financeiras	2,10
(=) EBT (lucro antes de ser considerado imposto de renda)	3.104,10
(-) Impostos sobre renda	754,50
(=) Lucro líquido	2.349,60

Fonte: Relatório Final do Projeto URTEs/SENAR; Embrapa; IMEA (2014); adaptado pelos autores

Por fim, uma conclusão relevante é que, apesar de potencialmente e/ou teoricamente os benefícios do Plano ABC serem bons, é necessário implementar a coleta sistemática de dados para se confirmar isso e aumentar a segurança (ou reduzir as incertezas) dos produtores a respeito das tecnologias do Plano, pois só assim será possível a adoção ampla dessas tecnologias (caso, de fato, os benefícios sejam tão bons). No entanto, mesmo com a restrição de dados, houve um ganho de renda de 40% de EBITDA em um ano específico e uma das propriedades analisadas apresentou aumento significativo da concentração de carbono no solo, o que demonstra o potencial de resultados positivos do ABC.

De qualquer forma, o Plano ABC traz outros benefícios além de proteger a renda do produtor e melhorar a qualidade do solo, uma vez que as tecnologias produtivas preconizadas por esse plano têm um grande potencial mitigador de emissão de GEE. Conforme foi demonstrado no estudo do Observatório ABC, coordenado pelo pesquisador da Embrapa Eduardo Assad, foi projetado, entre 2012 e 2023, ser possível reduzir as emissões de GEE em até 1,8 bilhão de toneladas de CO_2 equivalente apenas com a adoção de três das tecnologias do Plano ABC (recuperação de pastagens degradadas, integração Lavoura-Pecuária – iLP – e iLPF) em 52 milhões de hectares de pastos degradados. Isso por si só já é um grande incentivo para que sejam adotadas as práticas do Plano ABC. ■



SHUTTERSTOCK

24ª CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP-24)

AÇÕES ANTES DE 2020

DA REDAÇÃO

A PRINCIPAL missão da 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-24/UNFCCC, nas siglas em inglês), realizada em Katowice, na Polônia, era definir as regras de trabalho que darão condições para operar o Acordo de Paris, firmado em 2015. Em outras palavras, tratou-se de uma ratificação do compromisso dos países de adotar medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Depois de dois anos de trabalho, os representantes de 197 países superaram as divisões políticas e geraram o chamado "livro de regras". Após intensas negociações, o conteúdo desse documento foi aprovado. Mas, lacunas críticas permanecem e precisarão ser abordadas em futuras reuniões sobre o clima.

De qualquer forma, chegou-se a um conjunto comum de princípios para a transparência e a contabilidade sobre os progressos climáticos dos países, com flexibilidade para os países em desenvolvimento.

Esse consenso sobre uma estrutura mais detalhada para o Acordo de Paris mantém como voluntários os compromissos de cada país para reduzir os gases do efeito estufa (GEE), as conhecidas Contribuições Pretendidas Determinadas Nacionalmente (iNDCs, na sigla em inglês), que começarão a ser apresentadas a partir de 2020.

O acordo final da COP-24 faz referência ao Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), sobre o aquecimento global, divulgado em 8 de outubro último. O texto apela à importância da realização de mudanças "urgentes e sem precedentes" para limitar o aumento da temperatura do Planeta em 1,5 °C acima do verificado na era pré-industrial.

Contudo, o objetivo dos países signatários do Acordo de Paris é restringir o aumento da temperatura média mundial para, no máximo, 2 °C até o fim do século.

O pacote de Katowice estabelece como os países devem apresentar os dados do cumprimento das iNDCs. As medidas de mitigação e adaptação devem ser informadas periodicamente. Outros detalhes a serem prestados referem-se ao apoio financeiro para ações climáticas em países em desenvolvimento, principalmente aquelas relacionadas a perdas e danos em locais mais vulneráveis aos efeitos do aquecimento global.



© COP24.GOV.PL

RESULTADOS E AVANÇOS

Durante a Conferência, o Fundo de Adaptação Climática recebeu um total de US$ 129 milhões, enquanto o Banco Mundial anunciou a liberação de US$ 200 bilhões para financiamentos no período de 2021 a 2025.

A COP-24 terminou com avanços no balanço das ações realizadas antes de 2020 e fez um chamado para fortalecer as iNDCs.

As organizações não governamentais (ONGs) olham de forma positiva os progressos na adoção de um livro de regras para operacionalizar o Acordo de Paris. Preocupadas com os compromissos assumidos pelos países, as negociações da COP-24 enviaram um sinal para que haja um aumento nas metas climáticas até 2020.

Os resultados da COP-24 reforçam a importância da Cúpula do Clima, reunião de alto nível da Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), prevista para 23 de setembro de 2019. Essa será uma oportunidade-chave para os líderes anunciarem e se comprometerem com metas climáticas mais ambiciosas para 2020.

As conversas sobre como será o financiamento climático – transferência de recursos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento – finalizaram sem conclusões claras. Ainda há dúvida de como chegar ao objetivo de US$ 100 bilhões até 2020, ou como a meta global de financiamento pós-2025 será acordada.

Os países da "Coalizão de Grande Ambição" comprometeram-se a melhorar as suas metas climáticas nacionais antes de 2020, bem como a aumentar as suas ações de curto e longo prazo. Fazem parte desse grupo Ilhas Marshall, Fiji, Etiópia, União Europeia, Noruega, Reino Unido, Canadá, Alemanha, Nova Zelândia, México e Colômbia.

Na condição de sétimo maior emissor mundial e grande exportador agrícola, deposita-se no Brasil um papel essencial nesse processo. O País deve encarar o meio ambiente como uma prioridade e incluir o combate às mudanças climáticas como um dos seus principais desafios. Todos os tipos de ameaça aos recursos naturais refletem diretamente na economia do País.

Do lado político, perdura a dúvida: será que Estados Unidos, Rússia e China reconheceram o último relatório do IPCC, como exige a França?

A 25ª sessão da Conferência das Partes (COP-25) acontecerá no Chile, de 11 a 25 de novembro de 2019, com a pré-COP a ser realizada na Costa Rica. ■

CÁLCULOS DOS GEE

As medidas para reduzir a emissão de GEE geram créditos que podem ser comercializados pelo setor privado para estimular o controle do aquecimento global.

Os GEE são calculados em cada país por regras e critérios diferentes. Como isso pode causar discrepâncias, o Brasil sugere a regulamentação a partir do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS).

A posição brasileira é a favor da existência de um registro centralizado sobre o mercado de carbono na ONU, pois países europeus poderiam forçar suas empresas a comprarem créditos de carbono somente dentro da União Europeia. A competição ficaria desigual.

Os países concordaram em discutir esse assunto na COP-25, no fim deste ano.

ALIANÇA ESTRATÉGICA TECNOLÓGICA

MODELO DE PESQUISA DA ANPII

JOSÉ ROBERTO PEREIRA DE CASTRO
Presidente da Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII)

SOLON C. ARAUJO
Consultor da ANPII

HOJE, É unânime entender a inovação como imprescindível para as empresas se manterem no mercado, diante de uma disputa cada vez mais intensa. Com diferenças brutais no porte, uma microempresa atua em um mesmo mercado que multinacionais gigantes, de modo a acentuar muito a competitividade. Mas, os investimentos requeridos, em especial em setores de alta ou média tecnologia, nem sempre estão facilmente disponíveis.

O *CASE* DA ANPII

A ANPII congrega nove empresas produtoras do insumo biológico denominado inoculante, produto que contém microrganismos benéficos para o desenvolvimento das plantas. O exemplo clássico são as bactérias fixadoras de nitrogênio (BFNs), muito abundantes na atmosfera, mas que necessitam de modificações químicas ou bioquímicas para se tornarem assimiláveis pelas plantas. Esse é um caso de sucesso da agricultura brasileira.

Bastante tradicionais em universidades e na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), as pesquisas geram muitos conhecimentos sobre inoculantes, tanto diretamente aproveitáveis pelos agricultores, como pelas empresas produtoras do insumo. O crescimento do uso desse insumo no Brasil foi fruto de trabalhos conjuntos entre a pesquisa oficial e o desenvolvimento nas empresas privadas.

O Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) trabalha há anos com uma BFN – o *Azospirillum brasilense*. Juntamente à Embrapa, a UFPR selecionou duas cepas que, atualmente, integram inoculantes já comercializados em grande escala. Agora, dentro do programa de pesquisas, foram selecionadas três novas cepas, com potencial de aporte de nitrogênio maior do que o das atualmente em uso.

Os custos de desenvolvimento e testes de eficiência agronômica são altos. Isso é crítico para um setor cujos produtos possuem baixo valor de venda, embora com elevado benefício para o agricultor.

Então, para inovar em P&D, as nove empresas associadas, coordenadas pela ANPII, fizeram uma aliança estratégica tecnológica. A ANPII firmou contrato com a UFPR. Esta cederá as cepas e dará todo o apoio científico às empresas da ANPII. Na comercialização do produto, a UFPR receberá *royalties*, com geração de recursos para financiar novas pesquisas.

As empresas trabalharão em conjunto na fase de *scale-up*, dentro de um mesmo protocolo de produção, e farão em conjunto os testes de campo. O resultado será uma redução dos custos, pois bastará um bloco de testes com os laudos de eficiência agronômica para a obtenção do registro de todas as empresas.

O professor de Negócios Internacionais Dirk Boehe, da Universidade da Nova Zelândia, chama a atenção para o "fato de a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) terem se convertido numa atividade vital para as empresas se manterem competitivas com produtos de maior valor agregado".

Da mesma forma, a professora Érika Monteiro de Souza e Savi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), corrobora a importância da área de P&D quando afirma que "a dinâmica dos processos de inovação pode acentuar os riscos do negócio".

Muitas vezes, os governos desenvolvem programas de incentivo à inovação, com disponibilidade de recursos para as empresas de menor porte terem acesso a créditos mais baratos. Entretanto, mesmo assim, ainda há limitações para elas investirem de modo mais arrojado nas melhorias de produtos e/ou processos.

Estamos em fase de mudança no Brasil. Parte do conhecimento existente nas universidades e nos institutos de pesquisa ainda fica por muito tempo "na prateleira", sem trazer benefícios para a sociedade. Do lado das empresas, as alianças estratégicas tecnológicas representam arranjos para que elas, quando do mesmo segmento ou muito afins, unam as suas capacidades de P&D.

Bernardo Sordo de Aquino Peixe, em trabalho recente junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), citou que "com o passar dos anos, a cooperação entre firmas solidifica-se como um fenômeno cada vez mais presente, principalmente nas de elevado conteúdo tecnológico".

Uma preocupação corrente nesse tipo de acordo entre empresas é a caracterização de formação de cartel, com acerto de preços entre as empresas para diminuir a concorrência. Estados Unidos, Japão e União Europeia tiveram esse receio e buscaram soluções. Nos três países, a associação para pesquisas pré-competitivas é não só aceita, como, até mesmo, estimulada. Esse é o caminho mais rápido e menos dispendioso para se chegar a produtos inovadores com benefícios para a sociedade.

No caso presente, um eventual cartel de preços não ocorrerá. As empresas possuem estruturas próprias muito diferentes de custos, na produção, na administração, no *marketing* e nas vendas. Isso representa uma barreira para acordos, o que, aliás, é vedado pelos princípios da ANPII.

Assim, uma nova forma de pesquisa ainda muito pouco usada no Brasil está em curso, liderada por uma associação. Isso mostra o amadurecimento da entidade em si e das empresas associadas. ■

ACORDO GANHA-GANHA DAS EMPRESAS

- Desenvolvimento do produto: redução no custo e menor tempo;
- Soma das competências técnicas; soluções mais rápidas e eficazes;
- Incorporação no cabedal de conhecimento; efeitos secundários da pesquisa;
- A UFPR receberá recursos enquanto as cepas fornecidas estiverem em comercialização;
- Os agricultores ganharão pelo acesso a produtos de melhor desempenho para as plantas;
- Disponibilidade do produto, com nove marcas e lançamento simultâneo – se as cepas fossem cedidas para poucas empresas, a oferta de doses seria menor; com a oferta de todas as empresas, a oferta cobrirá a demanda, de imediato;
- Benefícios ao meio ambiente – a FBN substitui os fertilizantes nitrogenados, com redução na emissão de gases do efeito estufa (GEE) e na poluição de lençóis freáticos e cursos de água.

SHUTTERSTOCK



UMA INDÚSTRIA DE SEMENTES GLOBAL

DESAFIOS E OPORTUNIDADES



JOSE AMÉRICO PIERRE RODRIGUES
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SEMENTES E MUDAS (ABRASEM)



PAULO CAMPANTE
DIRETOR EXECUTIVO DA ABRASEM

A INDÚSTRIA global de sementes foi recentemente avaliada em US$ 52,0 bilhões e encontra-se em franco crescimento. No Brasil, estima-se um mercado de aproximadamente US$ 7,6 bilhões, o terceiro do mundo, atrás apenas dos de Estados Unidos, com US$ 12,0 bilhões, e China, com US$ 10,8 bilhões. A nossa indústria de sementes é extremamente profissional e técnica, e o Brasil tem um marco regulatório que, apesar de já necessitar ser modernizado, tem permitido que o País receba investimentos de fora, a serem direcionados para pesquisa e inovação.

Desde 2012, o mercado tem vivenciado uma intensa reorganização da indústria de sementes, causada pela necessidade crescente de maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento, aliada a uma atuação cada vez mais global das empresas. Tal cenário levou as multinacionais que atuam na área de sementes a buscarem sinergias e oportunidades de colaboração. Isso resultou em três grandes fusões e aquisições na indústria de sementes, a saber: Dow AgroSciences e DuPont Pioneer; ChemChina e Syngenta; e Monsanto e Bayer. Neste ano, a Syngenta concluiu, ainda, a aquisição da Nidera Sementes, da COFCO International.



FUSÕES E AQUISIÇÕES NO MERCADO DE SEMENTES

Com o novo rearranjo, surgiram, também, novos atores no mercado, como foi o caso da empresa LP Sementes, pertencente à empresa gigante chinesa Yuan LongPing High-Tech Agriculture Co., Ltd. e à CITIC Agri Fund Management Co., Ltd. (CITIC Agri Fund). A empresa, que surge a partir dos investimentos necessários para a aprovação da fusão Dupont-Dow AgroSciences, inclui: a aquisição de ativos da Dow AgroSciences Sementes e Biotecnologia Brasil Ltda.; o acesso total ao banco de germoplasma de milho brasileiro; a marca Morgan; e a licença para uso da marca da Dow Sementes por doze meses.

A BASF foi outra gigante dos químicos que aproveitou o movimento do mercado e iniciou as suas operações na área de sementes. A empresa adquiriu os negócios de sementes e herbicidas Bayer em um acordo que demandou um investimento de R$ 33,2 bilhões. O negócio envolveu, também, operações nas áreas de algodão, hortaliças, plataforma de pesquisa e desenvolvimento de trigo híbrido, produtos para tratamento de sementes e herbicidas à base de glifosato.

Tal movimento mostra-nos a importância da indústria de sementes. A semente é o insumo básico da produção agrícola. Certamente, veremos mudanças significativas em mercados importantes, como América do Sul e África. Se, por um lado, fala-se da concentração no setor, com o protagonismo de poucas empresas transnacionais; por outro lado, esperam-se ganhos em eficiência e mais "foco" e investimento em inovação, na medida em que o movimento observado no mercado cria um ambiente único para o desenvolvimento de novos produtos, permitindo que as empresas atuem em segmentos-chave do mercado agrícola, como melhoramento genético, produção de sementes e biotecnologia.

Fundamental para a competitividade do nosso agronegócio, em um País com vocação agrícola como o Brasil, é o constante investimento da indústria de sementes em pesquisa e inovação. O respeito aos direitos de propriedade intelectual, base do nosso negócio, incentiva a disponibilização no mercado de novas cultivares e tecnologias, permitindo a recuperação dos valores investidos e, o mais importante, o reinvestimento em novos projetos de pesquisa. Tomamos como exemplo as novas Técnicas Inovadoras de Melhoramento de Precisão (TIMP) – também conhecidas como New Breeding Techniques (NBT) ou Plant Breeding Innovation (PBI) –, já normatizadas no Brasil pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e que propiciarão avanços importantes no desenvolvimento de novas cultivares em menor espaço de tempo e a um custo bastante inferior ao dos organismos geneticamente modificados (OGMs).

Atualmente, pelas técnicas de melhoramento tradicionais, estima-se em US$ 1 milhão o valor do investimento para desenvolver e colocar no mercado uma nova cultivar. Já para o desenvolvimento de um *trait*, o valor pode chegar a US$ 136 milhões, e é muito difícil fazer uma estimativa sobre prazos para levar a nova tecnologia ao mercado, tendo em vista, além do desafio da pesquisa, as cada vez mais complexas exigências de regulamentação nos diversos países.

Assim, apesar do fato de que a estratégia de descobrimento, desenvolvimento e comercialização de cultivares transgênicas tem sido bem-sucedida globalmente, com a surpreendente adoção da biotecnologia por parte dos agricultores e em diferentes mercados globais, estima-se que a indústria gasta, atualmente, cerca de US$ 35,1 milhões somente em processos regulatórios nos diferentes países para que um evento de biotecnologia possa chegar ao mercado.



ESTIMATIVA DE CUSTO PARA DESCOBRIR, DESENVOLVER E LANÇAR UMA CULTIVAR TRANSGÊNICA NO MERCADO

Além disso, os impactos das aprovações assincrônicas de eventos de biotecnologia sobre o comércio internacional têm gerado preocupações em toda a cadeia do agronegócio, na medida em que o atraso nas aprovações de um OGM nos possíveis destinos de exportação ou a falta da aprovação nos países de destino complicam consideravelmente o comércio internacional.

Desde 2012, a ABRASEM tem trabalhado intensamente para difundir a necessidade de se desenvolverem políticas com autoridades – brasileiras

REQUISITANTE	Protocolo	Resumo da consulta	Decisão
GlobalYeast	01/03/2018	Consulta relativa à aplicação da Resolução nº 16 em microrganismo obtido com TIMP	Levedura não considerada OGM, conforme a Lei nº 11.105/05
Lallemand Brasil	16/03/2018	Consulta à CTNBio para determinar se o produto obtido por TIMP será considerado OGM	Aguardo de análise
Ourofino Saúde Animal	28/03/2018	Consulta à CTNBio para determinar se o produto obtido por TIMP será considerado OGM	Aguardo de análise
Corteva	15/06/2018	Consulta relativa à aplicação da Resolução nº 16 em microrganismo obtido com TIMP	Aguardo de análise
Agro Partners Consulting	07/08/2018	Consulta à CTNBio sobre sêmen bovino de um touro obtido por TIMP	Produtos obtidos a partir de seus descendentes serão utilizados para o consumo humano e considerados como não OGMs

e estrangeiras – e demais entidades para buscar soluções práticas para o tema. Acreditamos que seja essencial manter um diálogo fluido entre reguladores/autoridades e a indústria de sementes no sentido de mover a discussão de prejulgamentos ou aspectos filosóficos para uma discussão baseada em ciência, com a definição de procedimentos práticos e operacionais para se estabelecerem políticas regulatórias transparentes, previsíveis e adequadas, evitando, assim, barreiras injustificadas ao comércio e ao desenvolvimento da biotecnologia.

O tema tem sido trabalhado em reuniões periódicas realizadas entre a ABRASEM, a China National Seed Association (CNSA) e a China National Seed Trade Association (CNSTA). Em outubro passado, a ABRASEM esteve reunida com as entidades e com a Embaixada brasileira em Pequim trabalhando em uma agenda positiva para esse e outros temas de importância para a indústria de sementes.

A recente aprovação da Resolução Normativa nº 16 pela CTNBio abre caminho para que empresas de todos os portes, nacionais e estrangeiras, possam participar mais ativamente do mercado de biotecnologia e sementes, democratizando a pesquisa e o desenvolvimento de novas cultivares no Brasil. Com isso, os ganhos de produtividade e a geração de empregos no setor agrícola em todos os níveis (do científico ao aplicado diretamente ao campo) serão beneficiados.

Com a nova Resolução, o Brasil segue o mesmo modelo de países como Estados Unidos, Canadá, Argentina, Chile e, mais recentemente, Colômbia em relação à regulamentação das novas TIMP. Além de harmonizada com outras legislações internacionais sobre o tema, a norma brasileira permite que empresas públicas e privadas nacionais possam voltar a participar do processo de desenvolvimento de variedades comerciais com alto valor tecnológico agregado baseado em genômica de precisão, sem abrir mão de avaliações e monitoramentos em relação aos aspectos de biossegurança.

SITUAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE PRODUTOS OBTIDOS A PARTIR DAS NOVAS TIMP

Outro importante resultado desse movimento na indústria de sementes, juntamente à sua evolução tecnológica, é a imagem, nem sempre positiva, de todo o setor, pelo menos em alguns países. Isso pode ser um problema, dada a importância da indústria de sementes. O fato é que o setor merece ser melhor compreendido, a fim de superar visões demasiado simplistas, positivas ou negativas, especialmente tendo em vista que se trata de um setor bastante diversificado, composto não só de alguns grandes grupos, mas também de muitas pequenas e médias empresas, sejam de multiplicação de sementes, sejam de pesquisa.

Além de uma análise geral da onda de consolidações em andamento, vários outros aspectos devem ser analisados: quais são o papel e o espaço das pequenas e das médias empresas de multiplicação de sementes? Quais são os efeitos do crescimento das sementes "salvas" na remuneração da indústria e no reinvestimento em pesquisa e desenvolvimento? Qual é o papel da pesquisa pública?

Existem diversas opiniões contraditórias sobre os impactos da concentração corporativa na indústria de sementes. Muitos consideram preocupante, e temem-se as suas consequências negativas para a segurança alimentar, além da possibilidade de excesso de "poder" das maiores empresas. Para outros, essas grandes empresas são vistas como muito criativas e capazes de investir elevadas somas, focadas em disponibilizar inovações que serão fundamentais para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

São visões distintas, que terão que ser debatidas e analisadas com brevidade, tendo em vista os desafios que temos que enfrentar no presente e em futuro próximo, com destaque para as questões de aumento da produtividade, fitossanidade e uma maior eficiência na produção.

CONHEÇA A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS OBTENTORES VEGETAIS (BRASPOV)



ODÍLIO B. FILHO
PRESIDENTE DA BRASPOV



IVO MARCOS CARRARO
CONSULTOR DA BRASPOV

ORIGEM E HISTÓRICO

A década de 1990 foi um período muito importante do ponto de vista de políticas públicas adotadas pelo governo federal. O ingresso do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) exigiu a necessidade de revisão e criação de leis relativas à agricultura para atuar no mercado internacional.

Em 1995, foi promulgada a Lei de Biossegurança (nº 8.974), e, nos anos seguintes, foram a Lei de Patentes Industriais (LPI – nº 9.279/96) e a Lei de Proteção de Cultivares (LPC – nº 9.456/97). Antes, veio a adesão do País à União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas (UPOV, na sigla em francês) em seu Ato de 1991, que atualizou o Ato de 1978. Ao longo das décadas, esses marcos legais evoluíram para manter o Brasil em linha com os mercados e os acordos internacionais.

De forma imediata à criação da LPC, a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) deu início às discussões entre os seus membros para criar a BRASPOV. Esse modelo seguia os das associações similares na Argentina (ArPOV) e no Uruguai (URUPOV).

Assim, numa reunião da ABRASEM, a BRASPOV realizou a sua Assembleia de fundação em 16 de dezembro de 1997, na cidade de São Paulo. Estavam presentes dezenove empresas de melhoramento genético de diferentes espécies vegetais. Entre os membros fundadores, estavam Braskalb, Irga, IAPAR, Agroeste, OR Melhoramento de Sementes, Monsoy, Pioneer, Novartis, Agropecuária Dois Marcos, Coodetec, Cargill e Agroceres.

ESTABELECIMENTO DOS OBJETIVOS

A BRASPOV foi criada com os objetivos claros de defender os direitos de propriedade intelectual sobre novas cultivares e combater os atos ilegais cometidos contra estruturas propagativas protegidas pela LPC.

Entre as suas atribuições, faz parte dar suportes técnico e político na defesa dos interesses das suas associadas. Isso envolve participação e parceria em outras associações dentro e fora do País. Em nível nacional, as principais pautas referem-se a atualizações de leis e normas, sobre as quais sempre tem representação a fim de proteger os interesses das suas associadas.

SHUTTERSTOCK



A BRASPOV é associada à ABRASEM e à Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI). Participa de entidades internacionais normativas e associativas, como a International Seed Federation (ISF) e a American Seed Association (ASA). Atende o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês) e os tratados da UPOV.

COMPOSIÇÃO ATUAL

Desde a sua criação, a BRASPOV manteve como característica importante a grande diversidade das suas associadas, desde órgãos de pesquisa oficiais até grandes empresas globais, com a congregação de diversas áreas, como grãos, hortaliças, pastagens, frutíferas, cana-de-açúcar, entre outras.

Atualmente, a Associação conta com dezenove empresas associadas, que detêm significativa participação no mercado de sementes. Isso aumenta a legitimidade das suas posições.

A BRASPOV parte do entendimento claro de representar um segmento importante para o crescimento e a especialização de outros setores do agronegócio: a pesquisa e o desenvolvimento de novas cultivares. Por isso, procura trabalhar sempre em sintonia com as demais entidades e os órgãos oficiais que mantêm as diretrizes legais da atividade.

Composto de representantes das suas associadas, as decisões tomadas pelo Conselho Diretor da BRASPOV caracterizam-se pela agilidade. Tal Conselho orienta a equipe executiva quanto às prioridades essenciais de cada momento do agronegócio, influencia e intervém rapidamente em situações pontuais e considera o tema encerrado quando a demanda é atendida. Há, também, as demandas permanentes que exigem presença constante. Muitas vezes, a ABRASEM e a BRASPOV atuam em comum acordo e sinergia.

BRASPOV: PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DAS EMPRESAS ASSOCIADAS

EMPRESAS PÚBLICAS	20%
EMPRESAS PRIVADAS NACIONAIS	35%
EMPRESAS GLOBAIS	45%

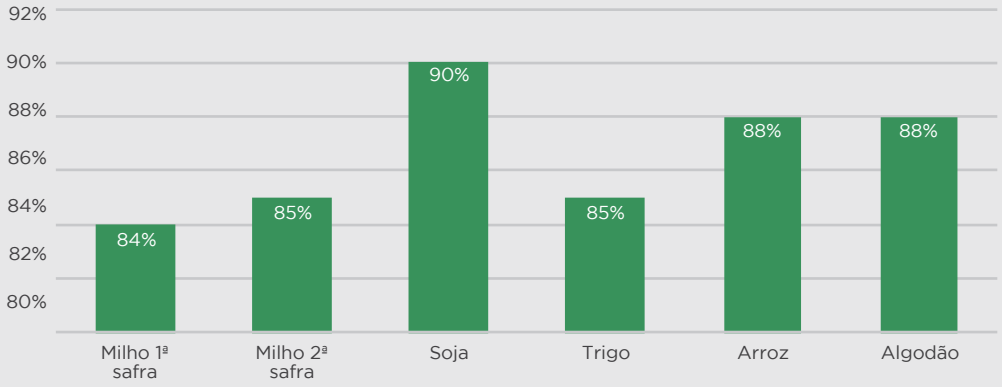
Fonte: BRASPOV

EMPRESAS ASSOCIADAS À BRASPOV



Fonte: BRASPOV

PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIADAS DA BRASPOV
NO MERCADO DE SEMENTES EM 2017



Fonte: BRASPOV

A BRASPOV cria e mantém Grupos de Trabalho (GTs) internos e participa dos externos de outras associações quando de interesse das suas associadas. Acompanha e participa das revisões normativas ligadas à área de sementes e mudas, bem como das de propriedade intelectual e novas tecnologias. Hoje, lidera diversas comissões para a discussão de temas importantes para o futuro, como New Breeding Techniques (NBT), marcadores moleculares (descritores varietais), alterações na LPC, legislações e normas, entre outros.

PRINCIPAIS AÇÕES

Um dos primeiros embates foi quanto às reações negativas ao lançamento do primeiro evento transgênico no Brasil, a soja RR, pela então associada Monsanto. Aprovado esse evento pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) em 1998, e tendo as primeiras cinco variedades sido protegidas junto ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), diante da liminar impetrada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e pelo Greenpeace, a Justiça suspendeu o uso da tecnologia RR.

Foram quase sete anos de debates, audiências públicas, palestras, além de ações judiciais buscando a liberação. Enquanto se debatia buscando a liberação, os agricultores buscaram sementes de soja RR na Argentina e começaram o plantio clandestino. O impacto disso foi muito negativo para o mercado legal de sementes.

A BRASPOV, junto à ABRASEM, teve participação fundamental nas ações políticas e judiciais. Estimulamos as associadas a se manterem na legalidade. A solução só aconteceu com a aprovação da nova Lei de Biossegurança (nº 11.105/05), em cujo texto se colocou um artigo específico liberando a soja RR.

Durante esse período, a BRASPOV manteve uma equipe de investigadores nas regiões Centro-Oeste e Sul. A sua especialização era levantar provas concretas sobre o uso ilegal de sementes. Isso colaborou sobremaneira para pressionar os infratores a retomarem a legalidade, principalmente após a liberação da soja RR pela Lei de Biossegurança de 2005.

A BRASPOV atuou nos debates precedentes à promulgação da Lei de Sementes (nº 10.711/03), tanto junto à comissão sugerindo emendas ao texto inicial, quanto nas audiências publicas e no Plenário da Câmara. Essa lei veio a substituir a norma anterior já desgastada pelo tempo e completou a modernização do marco legal em sementes no Brasil.

Quando a cultura de algodão se transferiu de forma mais definitiva para o Cerrado do Brasil, foi liberado pela CTNBio, em 2005, o primeiro

evento transgênico, o algodão Bollgard. Percebeu-se, então, o crescimento do uso ilegal de sementes. Nesse caso, o processo de degeneração, por ser muito rápido, pode causar, além da redução de produtividade, a falta de uniformidade da pluma, que é um produto de maior valor.

Nesse momento, a BRASPOV criou um fundo para desenvolver um projeto de certificação da pluma pelo uso de sementes legais certificadas, denominado OriLeg, que significava 'origem legal'. Foi um grande trabalho de conscientização de todos os elos da cadeia de produção, feito ao longo de vários anos. Infelizmente, a falta de adesão de alguns segmentos impossibilitou o avanço da estratégia. No entanto, o processo representou uma mensagem da importância da genética das variedades na qualidade da pluma.

COMBATE À PIRATARIA

No início da vigência da LPC, logo se percebeu o crescimento de um mercado paralelo de sementes. Isso era estimulado por diversas razões. Primeiro, pela ilegalidade da introdução de variedades argentinas de soja RR. Segundo, devido à exceção feita pela Lei ao agricultor que desejasse reservar sementes de uma safra para outra, sem nenhum tipo de limite estabelecido.

Em 1999, tivemos as conversações com o SNPC e outros órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no sentido de se elaborar um novo texto para a proteção de cultivares. Em 2005, enviamos a proposta à Casa Civil, a qual foi rejeitada. Depois, em 2006, a Casa Civil solicitou o reenvio com reformulações. Em 2008, encaminhamos o Projeto do MAPA para que a Casa Civil o enviasse ao Congresso, como proposta do Governo.

Depois de analisado por mais de dez Ministérios e diversas organizações não governamentais (ONGs), o projeto foi considerado aprovado finalmente, mas a Casa Civil o devolveu sem justificativa ao MAPA no início de 2011. Correram vários anos de debates e discussões da BRASPOV e da ABRASEM com vários órgãos, na defesa de interesse dos obtentores, dos sementeiros e, por que não dizer, da agricultura moderna, ávida por novas tecnologias.

Mais recentemente, entre outros Projetos de Lei (PLs) expostos ao Congresso Nacional, o deputado Dilceu Sperafico (PP/PR) apresentou o PL nº 827/15. Este ainda se encontra em discussão na Comissão Especial na Câmara. A BRASPOV participa desse debate desde o início. Colocamos as demandas das associadas para evitar a aprovação de um texto inadequado, que desestimule a pesquisa varietal no País.

Há uma exagerada amplitude do uso de sementes salvas e, também, fragilidade dos aspectos jurídicos e penais na atual lei. Para tratar desse assunto, criou-se uma comissão de membros do Conselho Diretor, que, com a área executiva, tem dado atenção especial ao tema. Uma das atividades rotineiras de combate à pirataria é a central de denúncias sobre uso ilegal de sementes. As denúncias são classificadas e enviadas ao órgão de fiscalização do MAPA e acompanhadas até que haja alguma solução.

Criamos outro GT, desta vez de combate à pirataria de soja, passível de ser expandido a outros produtos. São feitas as diligências e as coletas de provas para ingresso na Justiça contra os infratores do direito de propriedade intelectual. Ambas surtem algum efeito. No aspecto de educação, várias campanhas foram desenvolvidas ao longo desses anos por iniciativa ou colaboração da BRASPOV.

Nesses 21 anos de existência, a BRASPOV esforça-se para defender os interesses das empresas de melhoramento genético no Brasil. Estamos maduros para ser uma entidade vigilante dos direitos de propriedade intelectual das criações varietais legitimamente protegidas pela legislação atual. Assim, contribuiremos para o crescimento constante da agricultura brasileira ao lado de outras entidades similares e dos órgãos oficiais que têm o mesmo objetivo. ■

DIVULGAÇÃO



FOMENTAR A SUSTENTABILIDADE NO CACAUEIRO

RETROSPECTIVA DO PARTNERSHIP MEETING

EDUARDO BRITO BASTOS
Diretor executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC)

PEDRO P. DE F. RONCA
Coordenador da iniciativa CocoaAction no Brasil, da World Cocoa Foundation (WCF)

UBIRACY FONSÊCA
Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Chocolate, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (ABICAB)

SÃO PAULO sediou a 28ª edição do evento Partnership Meeting, da World Cocoa Foundation (WCF), entre 24 e 25 de outubro de 2018. Foi o maior evento global de sustentabilidade em cacau e ocorreu pela primeira vez no Brasil. Participaram mais de trezentas pessoas, de alto nível, vindas de trinta países, com dezoito origens de cacau representadas.

Em dois dias de conferência, setenta palestrantes compartilharam seus conhecimentos e experiências. Com destaque para a cacauicultura do Brasil e da América Latina, temas relevantes foram abordados, como produtividade, qualidade, sustentabilidade, inclusão social e preservação ambiental.

Na abertura, o ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, evidenciou a rigorosa legislação brasileira na proteção da mata nativa e dos recursos naturais. Mais de 25% do território nacional – o correspondente a aproximadamente 210 milhões de hectares – está protegido em áreas dentro de fazendas produtivas.

Blairo mencionou, também, a importância do cacau para a economia, com geração de 180.000 empregos diretos e 720.000 indiretos. A lavoura desenvolve papel importante como agente de reflorestamento e desenvolvimento sustentável em diversas regiões, por meio de sistemas agroflorestais (SAF).

De acordo com o ministro, o MAPA possui planos de aumentar a produção de cacau brasileira em 50% nos próximos cinco anos, com o objetivo de chegar a 300.000 toneladas de cacau por ano.

Também houve um discurso por parte do estado da Bahia, patrocinador do evento, além da participação de Guilherme Leal, fundador da Natura e, também, da Dengo (marca de chocolate *premium*), "entrevistado" no palco pelo presidente da WCF. A conversa inspiradora abordou a história de vida do empresário e a sua trajetória profissional, amparada em valores como a colaboração, a diversidade e a preservação da dimensão humana do negócio, bem como o seu envolvimento com o cacau, a partir de 2011.

Os painéis contaram com profissionais de destaque das maiores empresas de cacau e chocolate do mundo, além de pesquisadores, especialistas de diferentes áreas, líderes dos principais países produtores de cacau, representantes de organizações, governo e organizações não governamentais (ONGs) e produtores de Gana, Costa do Marfim, Peru, Equador e Brasil. Entre os temas amplamente discutidos, podemos citar:

- Caminhos para a produtividade em diferentes geografias;
- Combate ao desmatamento por meio da preservação da paisagem;
- Diferentes modelos de organização de produtores;
- Agricultura sustentável e biodiversidade;
- Renda e sustento no cacau;
- Qualidade, sabor e genética do cacau;
- Os produtores de amanhã: crianças e jovens das comunidades de cacau;
- Empoderamento de mulheres para mais sustentabilidade no cacau;
- Digitalização de pagamentos para melhorar a vida dos produtores.



WORLDCOCOAFOUNDATION.ORG

Lançado oficialmente durante o Partnership Meeting, o CocoaAction Brasil é uma iniciativa desenvolvida em parceria com a WCF e atuante no País desde março de 2018. A sua previsão é durar cinco anos, com foco na melhoria da sustentabilidade dos produtores de cacau das principais regiões, como Bahia, Pará, Espírito Santo, Rondônia e Mato Grosso.

O CocoaAction Brasil junta atores de toda a cadeia de cacau e chocolate. Fazem parte membros da indústria como Barry Callebaut, Cargill, Dengo, Mars, Mondelēz, Nestlé e Olam, as associações AIPC e ABICAB, entidades de pesquisa e extensão rural, governos estaduais e federal, entre outros parceiros.

Em conjunto, todos trabalharão de maneira colaborativa a fim de encontrar soluções para o aumento da produtividade e da qualidade do cacau, a melhoria das condições de vida e trabalho dos produtores, o fortalecimento das organizações de produtores, além de apoiar os modelos produtivos sustentáveis.

Logo após a conferência, houve uma viagem de campo para a região de Ilhéus, na Bahia, organizada pela WCF em parceria com a P&A, para cerca de trinta participantes de diversos países. Estes puderam testemunhar a estrutura produtiva presente na região por meio de visitas a fazendas de cacau pequenas e grandes, à Biofábrica de Cacau (viveiro de mudas), à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e ao Centro de Inovação do Cacau (CIC).

Como mensagem final, o evento colocou a América Latina e o Brasil no centro das atenções para o

futuro da produção de cacau com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental. Ficou claro que o Brasil conta com tudo para promover a produção dessa lavoura com sustentabilidade e responsabilidade. A união dos diversos elos da cadeia, com parcerias público-privadas, irá tornar essa expectativa uma realidade.

O próximo evento Partnership Meeting da WCF será em Berlim, na Alemanha, em outubro deste ano.

MODELO PIONEIRO DE SUSTENTABILIDADE

Responsável pelo anúncio e coordenador da iniciativa em parceria com a WCF, Pedro Ronca afirma que "um discurso unificado com autoridades dos governos locais e nacional faz com que todos aprendam juntos, por meio de um sistema consolidado de monitoramento e avaliação".

Membro da empresa brasileira de consultoria em agronegócios P&A Marketing, Pedro afirmou, também, que "o CocoaAction Brasil trabalhará no sentido de encontrar soluções para elevar o aumento da produtividade e da qualidade do cacau brasileiro". E completou: "Estamos, também, comprometidos com a melhoria das condições de vida e trabalho dos produtores, junto ao fortalecimento das organizações de produtores apoiadoras de sistemas sustentáveis".

Na opinião do presidente da WCF, Richard Scobey, "o CocoaAction Brasil está comprometido a desenvolver uma verdadeira plataforma de parcerias público-privadas com o governo brasileiro. Para isso, estruturamos um Comitê Nacional para guiar as decisões importantes sobre sustentabilidade de cacau no país". De caráter global, a iniciativa pretende coordenar esforços para ampliar a produção, garantir renda aos produtores, erradicar o trabalho infantil, promover igualdade de gênero no campo e combater o desmatamento, entre outros objetivos.

De acordo com Scobey, as oportunidades atuais do setor incluem o *status* de liderança do país nas áreas de reflorestamento e preservação da biodiversidade por meio dos modelos de produção agroflorestais e cabruca. Os avanços recentes assistidos no estado do Pará também servem de inspiração para os modelos de alta produtividade.

Diversos desafios mencionados por Scobey deverão ser enfrentados. O déficit no fornecimento doméstico significa a necessidade de o Brasil importar aproximadamente 70.000 toneladas de cacau anualmente. A baixa produtividade da pequena propriedade, entre 200 e 500 quilogramas por hectare, precisa ser aumentada. Faltam entidades para a organização dos produtores, e há, ainda, as ameaças de pragas e doenças, especialmente a devastadora monília.

Para Scobey, os esforços iniciados pela WCF levaram à criação do CocoaAction Brasil. Isso facilitará a implementação e o monitoramento da estratégia. Muitas oportunidades poderão ser identificadas para trazer *expertise* às discussões de normas. Isso complementará os *gaps* de recursos. Novos *insights* e conhecimentos ampliarão o impacto do CocoaAction.

Nira Desai, representante da WCF diretamente engajada com o CocoaAction Brasil, cita como parceiros da iniciativa junto ao governo e ao terceiro setor: o MAPA; o Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); o Ministério da Integração Nacional (MI); as Secretarias de Agricultura dos estados da Bahia, do Pará, do Amazonas, do Espírito Santo, de Mato Grosso e de Rondônia; a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau do MAPA; a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); a ABICAB; a AIPC; entre outros.

De acordo com Nira, o CocoaAction Brasil recorre, também, ao conhecimento de parceiros do setor de cacau por meio de um Comitê Técnico, que inclui a CEPLAC, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o CIC, serviços de extensão agrícola como EMATER-RO, Incaper, Emater-Pará, Bahiater e Empaer-MT, a UTZ/Rainforest Alliance, a AIPC, a ABICAB, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), além de representantes da indústria de cacau e chocolate.

MOMENTO DA AMÉRICA DO SUL

Moderadora do painel "Combatendo ao desmatamento, com uma abordagem territorial", a diretora executiva da IDH no Brasil, Daniela Mariuzzo, explicou sobre a atuação da IDH junto às empresas do setor cacaueiro para apoiar a produção sustentável de cacau na África e em algumas regiões da Ásia. Com uma visão de abordagem territorial, a IDH desenhou a estratégia usada pela Iniciativa Cacau e Florestas em Gana e na Costa do Marfim.

Para Daniela, "países como Colômbia, Peru, Equador e Brasil poderão expandir a produção sustentável de cacau tendo como estratégia a abordagem territorial. Em Mato Grosso, estamos no começo do planejamento, na área do pacto do Vale do Juruena, para a produção sustentável de cacau se tornar realidade".

O CocoaAction Brasil também beneficiar-se-á de lições aprendidas por meio de iniciativas similares atualmente sendo implementadas pela WCF e pela indústria em outros locais, como Costa do Marfim e Gana (ambos na região oeste do continente africano), os dois maiores países produtores de cacau do mundo.

DESAFIOS PARA 2019



EDUARDO BRITO BASTOS
Diretor executivo da AIPC

Em 2018, tivemos, no Brasil, pela primeira vez na história, um encontro da WCF, o Partnership Meeting. Isso gerou um clima de esperança renovada no setor de cacau e chocolate.

Discutimos assuntos interessantes para a cadeia em todo o mundo. Falamos sobre o aumento da renda dos produtores e a redução da pobreza no campo. Ponderamos sobre como zerar o desmatamento e promover a restauração de áreas degradadas. Chamamos a atenção, também, sobre o empoderamento feminino e o controle de enfermidades, entre outros assuntos.

Foram dois dias intensos de reuniões mais dois dias para a realização de visitas. Tudo isso rodeados de uma centena de reuniões estratégicas. Procuramos aproveitar ao máximo a presença dos líderes globais, públicos e privados. Afinal, esse setor movimenta mais de US$ 100 bilhões por ano.

Aqui no Brasil, defrontamo-nos com os nossos próprios desafios, divididos nos três grandes eixos clássicos da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

Nas áreas econômica e social, não podemos jamais desviar-nos do foco de aumentar a oferta de amêndoas ao mercado por meio de ganhos de produtividade. Somente assim poderemos aumentar a renda do produtor, com a consequente melhoria das suas condições de trabalho e vida. Isso reduzirá as desigualdades no campo, bem como diminuirá a necessidade de importações para suprir a demanda local.

Nesse caminho, em paralelo, teremos de trabalhar forte em treinamento e capacitação, seja com a rede pública (nos níveis federal e estaduais) ou a privada. É fundamental uma articulação mais forte com o SENAR. Teremos de buscar resultados para a melhoria da gestão nas propriedades rurais. Para conquistarmos mais mercados externos, a qualidade e a sanidade são dois pontos fundamentais. Teremos de ter um controle mais efetivo de pragas, como a monília, que já bate na nossa porta.

Na área ambiental, defrontamo-nos com o desafio enorme de ajustar a política de manejo das cabrucas (áreas de cacau mescladas com árvores exóticas e/ou nativas) na Bahia e no Espírito Santo. Precisamos, ainda, cumprir a agenda de restauro de larga escala não somente no bioma Amazônia – como no Pará –, mas em outros estados onde a lavoura está em crescimento – como Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Acre.

É sempre importante lembrar que o cacau, enquanto lavoura nativa da Amazônia, pode e deve

ser considerado como floresta à luz do Código Florestal. Portanto, plantar cacau em agroflorestas significa reflorestar.

Temos, ainda, uma frente de trabalho voltada ao apoio da reorganização da cadeia de valor de cacau e chocolate. Para isso, será importante o apoio dos serviços para o mapeamento do setor, já iniciados pelo governo federal (MDIC, MAPA, CEPLAC e Embrapa) e por entidades como o CIC, de Ilhéus-BA. A organização dos dados e o levantamento dos mapas georreferenciados poderão dar mais "acuracidade" aos números setoriais, ainda de caráter muito empírico.

Há, também, uma responsabilidade muito grande de apoiar que os atores internos e externos irriguem mais recursos para a produção. Sem crédito novo, não conseguiremos os insumos necessários para dobrarmos a produção em dez anos. A nossa meta para 2028 é sair do atual patamar de 180 mil toneladas para algo em torno de 400 mil.

Todas essas atividades estão sendo discutidas em um fórum permanente com atores governamentais (federais, estaduais e municipais), não governamentais e privados. Existe uma agenda de metas gerais, com ações específicas para alocação dos recursos humanos e financeiros necessários. Teremos novos governos e interlocutores, mas a rede permanece à disposição para a construção e a validação de um amplo plano de trabalho.

O consumo de chocolate cresce na ordem de 1,7% ao ano. Isso representa uma rica oportunidade para crescermos no mercado global com uma janela voltada para o Brasil. Merecemos ocupar um espaço mais relevante do que essa colocação nada honrosa de sétimo posto no *ranking* mundial de produtores. Aqui, do lado interno, possuímos uma oportunidade incrível. Se retomarmos o crescimento econômico e voltarmos aos níveis de 2011, precisaríamos somente de mais 30 mil a 40 mil toneladas para suprir o mercado interno!

O evento da WCF deixou dois registros para reflexão. Primeiro, ao servir de vitrine para apresentar ao mundo a possibilidade de retornarmos ao jogo. Segundo, ao mostrar para nós mesmos que, com bons parceiros, mais diálogos construtivos e planos bem elaborados, podemos levar o País ao pódio. Só vale se for incluir e trazer mais renda ao produtor e valor a toda a cadeia e ao País. Foquemos nisso para que 2019 seja um excelente ano! ■

PRODUÇÃO MUNDIAL DE AMÊNDOAS DE CACAU
(MIL TONELADAS)

CONTINENTE/PAÍS	2014/15		2015/16		2016/17*		2017/18**	
África	3.074	72,30%	2.922	73,10%	3.623	76,50%	3.528	75,90%
Camarões	232	7,50%	211	7,20%	245	6,80%	240	6,80%
Costa do Marfim	1.796	58,40%	1.581	54,10%	2.020	55,80%	2.000	56,70%
Gana	740	24,10%	778	26,60%	970	26,80%	900	25,50%
Nigéria	195	6,30%	200	6,80%	245	6,80%	260	7,40%
Outros	111	3,60%	153	5,20%	143	3,90%	128	3,60%
América	777	18,30%	677	16,90%	759	16,00%	788	17,00%
Brasil	230	29,60%	141	20,80%	174	23,00%	190	24,10%
Equador	261	33,60%	232	34,20%	290	38,20%	280	35,50%
Outros	286	36,80%	305	45,00%	295	38,90%	318	40,40%
Ásia e Oceania	400	9,40%	397	10,00%	357	7,50%	329	7,10%
Indonésia	325	81,30%	320	80,60%	270	75,60%	240	72,90%
Papua-Nova Guiné	36	9,00%	36	9,00%	38	10,60%	40	12,20%
Outros	39	9,80%	41	10,40%	49	13,70%	49	14,90%
Mundial	4.251	100,00%	3.997	100,00%	4.739	100,00%	4.645	100,00%

*Estimativa; **Previsão
Fonte: ICCO (31 de agosto de 2018)

BALANÇO E PERSPECTIVAS

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



FAZER UM balanço dos resultados de 2018 é uma das melhores maneiras de traçar perspectivas para 2019. Do ponto de vista macroeconômico, esperava-se mais de 2018, principalmente em termos de crescimento e geração de postos de trabalho. No começo de 2018, projetava-se uma expansão de 2,7% no Produto Interno Bruto (PIB), mas dificuldades surgiram nos ambientes doméstico e externo, e o PIB deve registrar elevação de apenas 1,3%.

No cenário internacional, houve turbulência devido à política externa adotada pelo governo Trump, que deflagrou uma guerra comercial com a China, ao mesmo tempo em que o Banco Central americano intensificou o ritmo de elevação da taxa de juros. Esses movimentos alteraram os fluxos financeiros e comerciais, trazendo reflexo para o crescimento chinês, o que repercutiu na economia mundial.

No plano doméstico, havia expectativas promissoras devido à recuperação da atividade econômica e ao andamento da reforma da previdência no Congresso. Contudo, o impacto da greve dos caminhoneiros, às vésperas de uma das mais importantes eleições do País, reverteu as projeções e fez com que os riscos associados às eleições ditassem o ritmo de 2018.

No agronegócio, o ano foi de altos e baixos. A safra 2017/18 trouxe uma redução da produção em relação ao potencial de colheita. A greve dos caminhoneiros resultou em grandes perdas na produção. A política externa americana e os riscos políticos no Brasil geraram muita oscilação cambial – às vezes a favor das exportações agropecuárias.

No setor de carnes, desdobramentos da operação Carne Fraca continuaram afetando as exportações. O Ministério da Agricultura atuou para reverter os embargos, mas a recuperação da credibilidade depende de um trabalho duradouro da iniciativa privada e do Governo.

Outros temas ocuparam a agenda do setor agropecuário e merecem destaque: a tabela de fretes; a exportação de gado vivo; o Projeto de Lei (PL) que altera a legislação dos agrotóxicos; a renegociação do passivo do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL); e o reconhecimento da constitucionalidade do Código Florestal. Esses e outros assuntos deram a tônica de 2018.

E o que esperar para o ano que se inicia? As lavouras de verão estão plantadas, e estima-se, para o ciclo 2018/19, uma produção de 238 milhões de toneladas de grãos, com possível recorde histórico. O clima, até o momento, não parece atuar para frustrar os planos da nossa agropecuária.

As exportações de grãos tendem a continuar firmes, e as de carnes devem ganhar impulso, enquanto os segmentos de café e açúcar enfrentam um quadro de oferta, demanda e preços desanimador. O viés liberal do novo governo e a política externa do Itamaraty podem trazer bons resultados em termos de inserção do Brasil no comércio internacional.

As sinalizações do governo de Jair Bolsonaro têm sido positivas, pois vão na direção de conciliar a agricultura e o meio ambiente, facilitar as exportações, desburocratizar as operações e fomentar instrumentos de gestão da agropecuária, como crédito e seguro rural.

Entendemos as dificuldades deste ano, mas devemos atuar para renovar as expectativas e construir um cenário mais promissor para ele, na esperança do início de um novo ciclo de expansão e desenvolvimento sustentável. ■

CULTIVAMOS INOVAÇÃO

Em um planeta com quase 10 bilhões de pessoas, o desafio de produzir alimentos em uma escala jamais vivenciada se tornou a grande meta da agricultura moderna. Somente com muita pesquisa e tecnologia aumentamos a produtividade de maneira segura, preservando a saúde das pessoas e o meio ambiente, com mais qualidade e em menos área plantada. Temos orgulho de fazer parte da cadeia de inovação sustentável, que, nos últimos anos, vem transformando os resultados da produção agrícola brasileira e nos tornando um dos principais exportadores mundiais.

Temos ainda mais orgulho de ver toda essa inovação materializada no prato de bilhões de pessoas no Brasil e no mundo. Todo dia.



LABCOM

andef.com.br

ANDEF

CropLife LATIN AMERICA

Representando la Industria de la Ciencia de los Cultivos

DIÁRIO DE BORDO

FARTURA E "FALTURA"

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

ENTRAMOS EM 2019 cheios de esperança. Isso é normal: em todo ano novo, vem a impressão de que as coisas vão melhorar, como se a "folhinha" tivesse um poder especial de mudar o eixo do mundo. E, desta vez, há o adicional de um governo novo, com promessas liberais que encantam o empresariado em geral. No entanto, 2018 foi embora e deixou muitas incertezas. As escaramuças entre os Estados Unidos e a China ainda podem estimular uma retomada protecionista nos países mais ricos, gerando dificuldades comerciais para os emergentes no médio prazo, inclusive no setor agroalimentar.

Mas, parece que a anestesia geral dada pelas festas natalinas não deixa isso claro. Nem o enésimo fracasso na tentativa de um acordo UE-MERCOSUL teve o impacto negativo que merece. Nem mesmo as obrigações retomadas na COP-24, na Polônia, ratificando as decisões do Acordo de Paris e com uma diferença fundamental: na COP-21, o Brasil assumiu compromissos espontâneos para reduzir as suas emissões de gases do efeito estufa, com marcante papel da agropecuária nessa missão; e, agora, há uma incerteza se o nosso País continua assinando o Acordo do Clima ou não, o que terá importância na decisão de países importadores dos nossos alimentos.



Esses são alguns dos temas que determinarão o resultado de uma safra agrícola bem atribulada. Devemos colher um novo recorde de grãos se o travesso El Niño permitir, e ele já tem feito algumas molecagens pelo País afora. Além disso, os custos de produção aumentaram, empurrados por pelo menos dois fatores conhecidos: os preços dos fertilizantes subiram em dólar, e o frete explodiu depois da greve dos caminhoneiros e da indecisão do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à tabela de transportes. Outros fatores terão impacto sobre a renda do campo, como o câmbio, uma permanente interrogação, e a reação dos importadores quanto a questões menores para nós – mas grande para alguns –, a exemplo da especulada mudança para Jerusalém da nossa Embaixada em Israel.

Para o consumidor brasileiro, as notícias são boas: haverá fartura de alimentos para todos, e isso vai ajudar a manter baixa a inflação, além de contribuir para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Se os investimentos em infraestrutura vierem como se anuncia, os empregos voltarão, mas isso demora um certo tempo para acontecer, e os reflexos positivos não serão relevantes em 2019. Contudo, tal processo ajuda a melhorar o astral.

No terreno da economia, não resta dúvida que o acerto das contas públicas é o calcanhar de aquiles da real mudança e que a reforma da previdência é a questão central.

Tudo isso tem impacto na renda rural, e o cenário não é dos mais risonhos: as margens deverão ser menores do que em anos anteriores.

No entanto, há um tema central ao qual os governos federal e estaduais não poderão mais recalcitrar: trata-se da inovação tecnológica na agropecuária, alavanca absolutamente essencial para o desenvolvimento e a competitividade. Em alguns estados, como São Paulo, as tradicionais instituições de pesquisa estão desatendidas há anos, havendo grande desânimo no Instituto Agronômico (IAC), no Instituto Biológico (IB), no Instituto de Economia Agrícola (IEA), no Instituto de Zootecnia (IZ), no Instituto Florestal (IF), no Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) etc. Isso precisa mudar: esperamos que, pelo menos nesse setor, a mudança do calendário tenha efeito positivo e que não falte apoio para a Ciência e a tecnologia, sem o que logo não conseguiremos competir. ■

PRODUZIR

RESILIÊNCIA DO AGRO REFORÇA BUSCA POR MELHORIAS

MARCELO VIEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O AGRONEGÓCIO brasileiro é um dos mais competitivos do Planeta, posicionando o País, hoje, como o maior exportador líquido de alimentos para o mercado mundial. Fatores como eficiência crescente, produtos de qualidade, inovação tecnológica para ambiente tropical e elevados indicadores de sustentabilidade têm feito a diferença. Entretanto, há pontos ainda a serem melhorados. Dentre eles, tem-se os entraves burocráticos, a fiscalização ainda focada em irregularidades e multas, além dos desafios na nossa infraestrutura logística e dos altos custos de transporte.

E, nesse cenário de resiliência do agro em meio às dificuldades dos últimos anos da economia brasileira, o produtor rural ainda permanece altamente exigido no âmbito burocrático, em oposição a normas mais claras e maior segurança para produzir. Já houve progressos, como a nossa legislação trabalhista no campo, uma das mais exigentes entre os países com agriculturas relevantes. Também contamos com um abrangente Código Florestal e extraordinários índices de preservação do nosso território, com mais de 66% da sua área total coberta por vegetação nativa. A nossa matriz energética já é a mais limpa entre os grandes produtores de alimentos, e estamos comprometidos a dobrar a produção de biocombustíveis e quintuplicar a produção de bioenergia.

Em busca de melhorias e soluções, questões da estrutura regulatória têm sido intensamente discutidas com os nossos congressistas da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), lideranças nos Ministérios e agências reguladoras. Dentre os maiores desafios, estão aqueles ligados a transportes, licenciamento, entrada de novas tecnologias, novos mecanismos financeiros, legislação trabalhista e defesa sanitária.

A equipe do novo governo está bem focada nesses assuntos, que envolvem, sinteticamente, reduzir a estrutura burocrática e exigências de pouca pertinência. Ações nessa direção buscarão diminuir o custo Brasil sem retirar as boas regulações já existentes. Com uma organização mais moderna e a nova equipe no Ministério da Agricultura, certamente daremos passos significativos na reestruturação regulatória para impulsionar a nossa liderança no suprimento mundial de alimentos e na adequação dos nossos produtores à legislação ambiental, responsável por nos tornar uma das agriculturas mais sustentáveis do Planeta.

A economia brasileira, que passou por períodos difíceis, tem dado sinais de que voltará a crescer em um ambiente dinâmico, com a valorização de atividades que trazem resultados efetivos à nossa sociedade, permitindo a criação de novos empregos e desenvolvimento. As melhorias que o setor agropecuário almeja terão resultados mais satisfatórios se forem acompanhadas por uma melhor estrutura de ensino no interior e uma maior garantia de segurança no campo – talvez, o desafio mais urgente do nosso setor.

Para os próximos anos, é necessário manter o otimismo, com o apoio dos produtores em todas as iniciativas ligadas ao agro, para continuarmos a crescer. Empresários, entidades representativas e a nossa sociedade têm muito a ganhar ao serem desfeitos os nós aqui citados, em diálogo com setores do novo governo na busca de soluções viáveis e efetivas no longo prazo. Desta maneira, o agro brasileiro terá cada vez mais o merecido reconhecimento para atingir novos mercados. ■



OPINIÃO

APOIAR A AGROPECUÁRIA PARA FUGIR DA CRISE

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

O ANO de 2018 foi muito profícuo para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com o desenvolvimento de importantes trabalhos para as agriculturas paulista e brasileira, realizados por uma estrutura motivada e disposta a fazer evoluir o setor. Trabalhos tais que foram amplamente incentivados pelo governador Márcio França, que dedicou atenção ao trabalho sério realizado que transformou a Secretaria e, por que não dizer, o setor no estado. E esse trabalho foi iniciado por meu antecessor, o deputado federal Arnaldo Jardim, considerado um dos melhores secretários da pasta na história.

Foram cinco pilares de sustentação do trabalho: **agricultura sustentável**; **o pequeno é grande** (ênfase no pequeno produtor); **pesquisa próxima da produção**; **alimentação saudável**; e o **Agrofácil** (Programa de Modernização e Desburocratização da Agricultura). Com eles, englobou-se o que há de mais moderno para o setor, dando nova vida e motivação para que toda a estrutura da Secretaria ganhasse força e vigor e realizasse o seu trabalho de forma inovadora, buscando aprimorar cada um dos órgãos envolvidos: a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e os seus institutos de pesquisa; a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI); a Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA); a Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro); e a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP).



Nos últimos quatro anos, foram implementadas políticas públicas corretas para um setor vibrante, que incorporou o conceito de sustentabilidade, tem relações de trabalho modernas e é inovador e preocupado com a evolução tecnológica. Há, ainda, a crescente exigência da sociedade em relação ao bem-estar animal e uma preocupação permanente com a saudabilidade dos alimentos.

Num país tomado, nos últimos anos, por uma crise econômica que vem gerando dificuldades para o Governo, o setor produtivo e a população, o protagonismo do agro foi a grande ferramenta que permitiu amenizar os danos causados. Para que essa situação se mantenha, é necessário que o novo governo federal entenda o desafio de buscar uma conjuntura macroeconômica que gere previsibilidade e na qual o setor avance – com atenção ao seguro agrícola e à necessidade de um Plano Safra plurianual, gerando uma condição de envoltório macroeconômico.

Tenho a convicção de que o novo governo do estado de São Paulo precisa continuar a incentivar e apoiar a Secretaria de Agricultura, restaurando uma estrutura que está deficitária em termos de pessoal e fazendo investimento para que os resultados beneficiem o setor – em sua maioria, formado por pequenos e médios agricultores –, a fim de que ele possa incorporar novas tecnologias ao seu desenvolvimento.

Ao olhar para o futuro, não tenho dúvidas de que temos condições de avançar muito. Isso é uma missão do produtor e, também, do setor público, mas, acima de tudo, um anseio da sociedade! Essas premissas têm os condicionantes políticos de um governo com uma nova visão e um Congresso Nacional com um novo perfil. Minha expectativa é de que os novos governantes, tanto em nível federal, quanto estadual, tenham a visão correta do papel da agropecuária como protagonista da retomada do crescimento! ■

REFLEXÃO

MUDANÇAS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Não, tempo, não zombarás de minhas mudanças.

William Shakespeare

O AGRONEGÓCIO como conceito é jovem. Afinal, em 2018, a ABAG completou 25 anos e é o espelho da escola que desenhou a visão da "catedral", e não apenas a beleza da sacristia ou de suas capelas, pinturas e vitrais. Os elos que formam as cadeias produtivas dependem uns dos outros, e seu equilíbrio é fundamental. Nesses 25 anos, as mudanças foram impressionantes, desde o fenômeno da globalização aos atuais movimentos protecionistas de recaída e aos efeitos e impactos tecnológicos. No Brasil, a onda social-democrata engolida, no passado recente, pelo "lulopetismo" chegou às eleições de outubro de 2018 como um movimento de direita, varrendo todo o Centro-Oeste, o Sul e o Sudeste de uma forma arrasadora. Sinal de novos tempos!

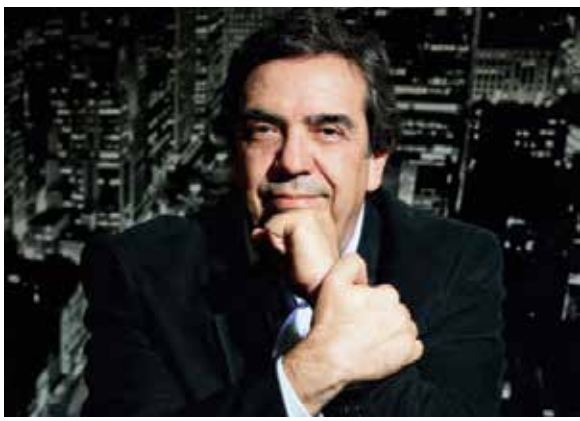
Em momentos assim, com rupturas efetivas ou mudanças radicais, como nas eleições brasileiras, em que a população reagiu a um estado de coisas muito desagradável, abandona-se o que se conhece e se busca um novo caminho, mesmo que não se saiba quais são os desafios dessa nova construção.

Um olhar para fora do Brasil mostra, no agronegócio, aspectos de importantes mudanças e contribuições nesses 25 anos. Sem dúvida alguma, a Organização Mundial do Comércio (OMC) está presente na maior parte das mudanças forçadas nas arbitragens que efetivou, inclusive com participação do Brasil. Mesmo assim, ainda é enorme a proteção que os países efetivam ao seu agronegócio, por vezes dentro das atuais regras da OMC ou fora delas. Os questionamentos dos EUA pós-Trump à OMC por conta da China vêm colocando muitas dúvidas sobre o futuro da entidade, essencial ao Brasil e ao seu agronegócio. Talvez, seja esse um dos temas mais candentes nos próximos anos.

No caso do agronegócio brasileiro, as mudanças são as mesmas que para todos os setores econômicos do País: a redução do custo Brasil, com as reformas essenciais, o enxugamento da máquina do Estado, a redução da extorsão tributária e a volta da segurança. O sentimento de prioridade levará às políticas do seguro rural, com a implantação paulatina da logística (armazenamento nas fazendas, nos modais de transporte e nos portos) e a abertura do País ao mundo. Esse é o caminho das mudanças no Brasil, abençoadas pelo bom humor do tempo. Há, inclusive, analistas sérios avaliando a possibilidade de o País vir a ser o segundo no mundo a receber investimentos externos caso as reformas ocorram.

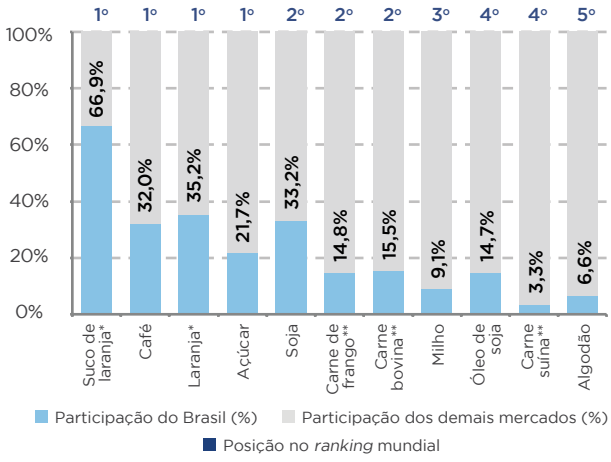
A mudança trazendo a esperança atrai; a atitude positiva carrega a confiança, que, por sua vez, abrirá as janelas do investimento externo, fator de geração de emprego e renda. Experimentar de fato o liberalismo é uma nova experiência para o Brasil.

Durante o período da nossa lavra neste espaço, procuramos seguir Santo Agostinho: "A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las". Feliz 2019 a todos! ■



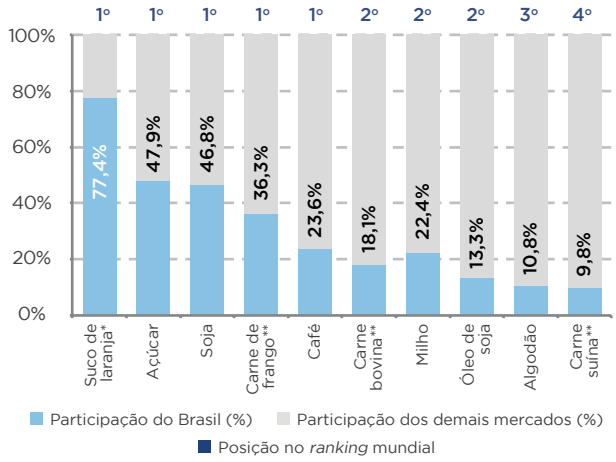
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



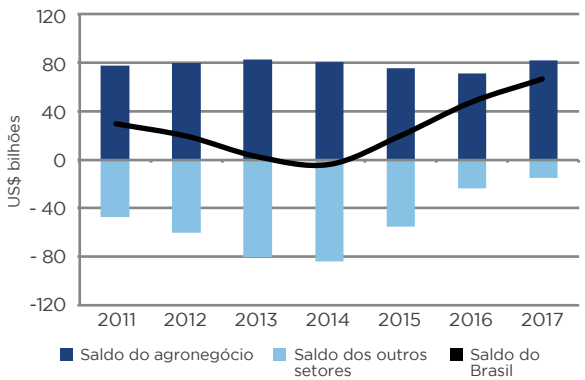
*2017/18; **2018
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



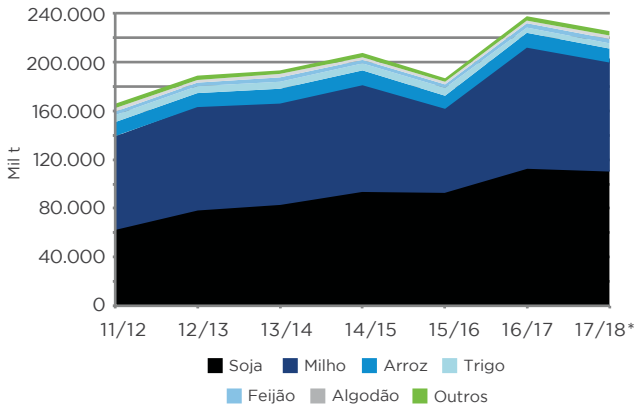
*2017/18; **2018
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



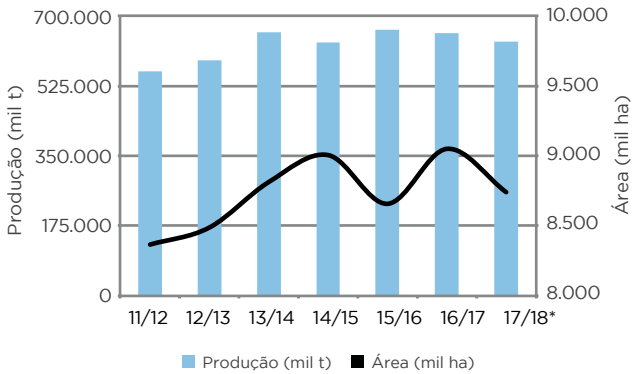
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS POR PRODUTO



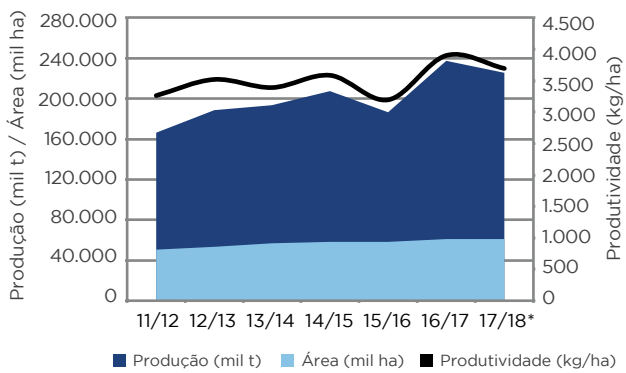
*Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



*Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



*Estimativa em fevereiro de 2018
Fonte: Conab

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

A união do alto desempenho com a conservação ambiental

Clima e solos diversificados, o uso cada vez maior de tecnologias de ponta e total aproveitamento de biomassa. Estes são alguns dos fatores que garantem ao Brasil sua liderança como fornecedor de alimentos, fibras e outras matérias-primas para o mundo.

O agronegócio brasileiro desempenha um papel decisivo na economia do País. Atua de forma sustentável com competitividade e constante aperfeiçoamento tecnológico, o resultado se vê no aumento da produção, sem importante impacto na fronteira agrícola.

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) é um canal de comunicação estratégico, fortalece as cadeias produtivas e dissemina o relevante papel do agronegócio brasileiro e dos seus elos produtivos para os diversos setores da sociedade.



25 anos abag

www.abag.com.br

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

- ESTUDOS E PESQUISAS
- ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
- GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS
- ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS
- ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Projetos desenvolvidos para:

BID, VALE, Fibria, UNICA, ABC Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal, Brasil

CONTATO:
(21) 3799-6039
DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR
WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO
Think Tank do Agronegócio Brasileiro